

# CENÁRIO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA CIDADES DA ÁFRICA SUBSARIANA:

Oportunidades de financiamento e instrumentos financeiros para as cidades e governos locais da África Subariana desenvolverem e implementarem Planos de ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs)



Projeto financiado  
pela União Europeia



Pacto de Autarcas  
para a África Subariana

# CENÁRIO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA CIDADES DA ÁFRICA SUBSARIANA:

Oportunidades de financiamento e instrumentos financeiros para as cidades e governos locais da África Subariana desenvolverem e implementarem Planos de ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs)



Pacto de Autarcas  
para a África Subariana

**Um estudo de mapeamento e rastreio realizado por  
Covenant of Mayors in Sub-Saharan Africa (CoM SSA)  
(Pacto de Autarcas para a África Subariana)**

CENÁRIO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA CIDADES DA ÁFRICA SUBSARIANA  
Outubro 2019

#### **Publicado por**

Covenant of Mayors for Sub-Saharan Africa (CoM SSA)  
Square de Meeûs, 1  
Brussels, 1 000 (BE)

#### **Coordenadores**

Council of European Municipalities and Regions (CEMR):  
Durmish Guri, Giuditta Ercolino, Vanessa Vovor  
ICLEI Africa: Tara Caetano, Melissa Kerim-Dikeni

#### **Autores**

Narrative document and mapping: Global Fund for Cities Development (FMDV)  
Case study boxes: ICLEI Africa

#### **Revisão de texto**

Brightstar Communications: Nadja Martinussen

#### **Design gráfico**

Ink Design Publishing Solutions, Cape Town

#### **Agradecimentos**

A equipa do COMSSA gostaria de expressar o seu apreço a todos os que contribuíram através de questionários e entrevistas telefónicas sem os quais não teria sido possível compilar as informações necessárias para cada oportunidade de financiamento, nomeadamente: o Banco Africano de Desenvolvimento, a Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), a Comissão Europeia, o Banco Europeu de Investimento, Local Governments for Sustainability (ICLEI), o Fundo Global para o Ambiente (GEF), o Banco Mundial, Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF), Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e UN-HABITAT.

No entanto, quaisquer erros ou omissões permanecem da inteira responsabilidade dos autores e não dos colaboradores.

## CONTEXTO E FUNDAMENTAÇÃO

A União Europeia (UE), os seus Estados-Membros e o Banco Europeu de Investimento são, em conjunto, os maiores contribuintes do financiamento climático público para os países em desenvolvimento, ao lado de outras importantes instituições internacionais e regionais de financiamento ao desenvolvimento.

Apesar do apoio disponível de várias fontes, as cidades da África Subsaariana enfrentam muitos desafios para financiar as fases de desenvolvimento e de implementação dos seus Planos de Ação para a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs). Neste contexto, todos os signatários do CoM SSA expressaram a necessidade de melhor acesso a informações sobre as oportunidades de financiamento disponíveis e as ferramentas financeiras para desbloquear os fundos.

Afetados pela forma e pelo nível de descentralização e pela enquadramento político nacional, os governos locais podem não ter capacidades em recursos humanos ou financeiros e/ou mandato sectorial para desenvolver ações de baixo carbono e resilientes ao clima. Isto realça a importância de um enquadramento político nacional que crie um ambiente propício para os governos locais agirem. O apoio a investimentos e à implementação locais e a necessidade de alocação de recursos direcionados para a assistência técnica a projetos em fase inicial continuam a ser fundamentais.

Outra dificuldade importante para os governos locais geralmente reside nos critérios restritivos de elegibilidade por parte dos financiadores e que não respondem à realidade no terreno. Portanto, é essencial que os governos locais sejam conhecedores dos fundos, mecanismos e ferramentas disponíveis, entendam os respetivos critérios e que sejam auxiliados no desenvolvimento das suas ideias de projetos para serem economicamente viáveis.

Apresentando um cenário claro de financiamento climático local acessível na região subsaariana, esta publicação é um recurso valioso para os signatários do CoM SSA. Finalmente, esta ferramenta visa apoiá-los na mobilização do financiamento essencial e da assistência técnica necessária para desenvolver e implementar projetos economicamente viáveis.

Esta publicação foi desenvolvida juntamente com um mapeamento abrangente das ferramentas financeiras disponíveis ao nível local na região subsaariana; este exercício de mapeamento é detalhado nesta publicação e está disponível no website do CoM SSA. A versão online do mapeamento disponibiliza informações mais detalhadas, como os critérios de elegibilidade, os sectores relevantes e os respetivos links para a Internet de cada ferramenta apresentada.

Como complemento deste exercício de mapeamento, foi também produzida uma segunda publicação de estudo de caso, "Financing Climate and Energy Action in African Cities" ("Financiamento Climático e Ação Energética nas Cidades Africanas"), CoM SSA, 2019. A publicação do estudo de caso fornece exemplos práticos detalhados de desbloqueio de financiamento ao nível local na região subsaariana. A publicação do estudo de caso também pode ser encontrada no website do CoM SSA.

"O acesso ao financiamento é uma das barreiras mais significativas que as cidades enfrentam para alcançarem os seus ambiciosos objetivos climáticos.

Fico muito satisfeito ao observar que as cidades e os financiadores estão cada vez mais concentrados na necessidade de abrir uma discussão sobre as especificidades do continente. Ao fazê-lo, as iniciativas finalmente apoiarão de forma decisiva as cidades que, caso contrário, enfrentariam um enorme desafio."

**Mohammed Adjei Sowah**  
**Mayor de Acra, Gana**  
Embaixador CoM SSA  
Membro do conselho da GCoM



## TERMOS-CHAVE E DEFINIÇÕES



### Roteiro

Um documento de suporte elaborado pelo Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (CCI-CE), com o apoio dos parceiros do CoM SSA, para auxiliar as autoridades locais da África Subsaariana na preparação dos seus SEACAPs. Fornece orientações passo-a-passo e exemplos de medidas relevantes para as autoridades locais no contexto subsaariano.



### SEACAP

Um Plano de Ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima é o documento-chave de cada cidade ou região onde se elaboram as suas estratégias, planos e ações para o desenvolvimento de baixo carbono, sustentável e resiliente que garante o acesso a energia segura, economicamente acessível e sustentável.



### Cidade-piloto

O CoM SSA está aberto a todas as cidades da África Subsaariana. No entanto, entre 2015 e 2019, foram selecionadas treze cidades-piloto para realizar atividades de desenvolvimento de competências e ações demonstrativas. Estas cidades-piloto são Bangui (República Centro Africana), Bissau (Guiné-Bissau), Bouaké (Costa do Marfim), Communauté des Communes de Zou (Benin), Communauté Urbaine de Nouakchott (Mauritânia), Dakar (Senegal), Kampala (Uganda), Lubumbashi (RD Congo), Monróvia (Libéria), Pikine (Senegal), Tsévié (Togo), Yaoundé 3 e Yaoundé 4 (ambas nos Camarões).

## ACERCA DO COM SSA (PACTO DE AUTARCAS PARA A ÁFRICA SUBSARIANA)

O Covenant of Mayors in Sub-Saharan Africa (Pacto de Autarcas para a África Subsaariana – CoM SSA) é uma iniciativa que visa apoiar as cidades subsaarianas na luta contra as mudanças climáticas. Iniciado em 2015, é financiado pela União Europeia (UE) e a partir de 2019, cofinanciado pelo Ministério Alemão de Desenvolvimento Económico e Cooperação (BMZ) e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

O CoM SSA é constituído por autoridades locais em mais de 34 países da região subsaariana que assumiram compromissos políticos voluntários para implementar ações climáticas e energéticas nas suas cidades e que concordam com uma visão de longo prazo para abordar três pilares: acesso à energia, mitigação climática e adaptação climática. A iniciativa é moldada por estas autoridades para refletir o seu contexto e especificidades locais.

Para converter o compromisso político em medidas práticas, os signatários do CoM SSA comprometeram-se a produzir e implementar um Plano de Ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAP).

Para obter mais informações, visite:



[www.comssa.org](http://www.comssa.org)



[www.facebook.com/comossa](https://www.facebook.com/comossa)



[@CoMOSSAfrica](https://twitter.com/CoMOSSAfrica)






[www.instagram.com/comossafrica](https://www.instagram.com/comossafrica)

# ÍNDICE

	<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
	<b>2. VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO REGIONAL DO CLIMA NA ÁFRICA SUBSARIANA</b>	<b>6</b>
	2.1 Transições urbanas e mudanças climáticas: a necessidade de financiamento da adaptação	6
	2.2 O défice de infraestruturas na África Subsariana	7
	2.3 Principais fluxos de financiamento climático: De onde chegam? E para onde vão?	8
	<b>3. BARREIRAS E DESAFIOS AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO REGIONAL</b>	<b>10</b>
	3.1 Regulação e governo	10
	3.2 Planeamento de infraestruturas	10
	3.3 Preparação financeira	11
	<b>4. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO ATUAIS E EXISTENTES</b>	<b>12</b>
	4.1 Ajuda externa e doações do sector público	12
	4.2 Instrumentos de financiamento climático para cidades	15
	4.2.1 Instrumentos de eliminação de riscos	15
	4.2.2 Instrumentos de empréstimo ou dívida	17
	4.2.3 Investimentos em ações e quasi-ações	18
	4.2.4 Fundos e produtos estruturados	18
	4.3 Mecanismos de financiamento climático	19
	4.3.1 Empréstimos	19
	4.3.2 Parcerias Público-Privadas	21
	4.3.3 Apreensão do valor do terreno	22
	4.4 Oportunidades de financiamento climático para cidades Subsarianas e governos locais	23
	4.4.1 A natureza do projeto financiado	24
	4.4.2 Os requisitos para financiamento externo	24
	<b>5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES-CHAVE PARA CIDADES E GOVERNOS LOCAIS SUBSARIANOS</b>	<b>25</b>

---

	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>27</b>
<hr/>		
	<b>ANEXOS</b>	<b>29</b>
	<b>Anexo 1 – Metodologia de mapeamento</b>	<b>29</b>
	1. Desenvolvimento da matriz	29
	2. Desenvolvimento do questionário	29
	3. Entrevistas telefónicas	29
	4. Âmbito do estudo de mapeamento	30
	<b>Anexo 2 – Questionário sobre as oportunidades de financiamento e instrumentos financeiros existentes para as cidades e governos locais da África Subsariana desenvolverem e implementarem Planos de ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs)</b>	<b>30</b>
	<b>Anexo 3 – Lista completa de parceiros e instituições entrevistados</b>	<b>32</b>
	<b>Anexo 4 – Questionário de estrutura de entrevista por telefone</b>	<b>33</b>
	<b>Anexo 5 – Iniciativas excluídas</b>	<b>33</b>
	<b>Anexo 6 – Opções de financiamento diretamente disponíveis e acessíveis aos governos locais subsarianos</b>	<b>33</b>
	<b>Anexo 7 – Opções de financiamento dedicadas aos governos locais que só podem ser acedidas através de entidades intermediárias (ou seja, governos nacionais e instituições financeiras)</b>	<b>34</b>
	<b>Anexo 8 – Lista de iniciativas com informações recolhidas de revisões escritas</b>	<b>34</b>
<hr/>		
	<b>NOTAS FINAIS</b>	<b>35</b>

# 1. INTRODUÇÃO

As cidades da África Subsaariana estão entre as mais vulneráveis do mundo face ao impacto das mudanças climáticas. Devido às suas rápidas taxas de urbanização, também estão a tornar-se progressivamente grandes emissoras de Gases de Efeito de Estufa (GEE). Como parte dos seus esforços para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, os signatários do CoM SSA comprometeram-se a desenvolver e implementar Planos de Ação para Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs): documentos-chave que descrevem as suas estratégias, planos e ações para o desenvolvimento de baixo carbono, sustentável e resiliente que garante o acesso a energia segura, acessível e sustentável.

Este exercício requer financiamento e investimentos dedicados personalizados, particularmente a nível local. No entanto, a falta de conhecimentos das autoridades sobre as oportunidades de financiamento e instrumentos financeiros existentes tem sido uma barreira fundamental na sua capacidade para se envolverem no planeamento climático e energético e foram limitadas por restrições sistémicas na formulação e preparação de projetos prontos para dotação de fundos e no acesso ao financiamento climático (técnico, financeiro e jurídico).

Esta publicação dá um primeiro passo para eliminar esse défice, fornecendo uma visão geral das oportunidades de financiamento disponíveis e dos instrumentos financeiros que permitirão às autoridades do CoM SSA desenvolverem e implementarem os seus SEACAPs. Além disso, abrange outras informações relevantes, como os pré-requisitos e critérios de elegibilidade para aceder a cada um dos instrumentos financeiros, considerações técnicas importantes e as vantagens e desvantagens correspondentes.

Desta forma, disponibiliza-lhes um *mapa de contexto* do cenário auxílio para o financiamento e desenvolvimento climático na África Subsaariana, com o objetivo de os direcionar para instituições que possam fornecer o apoio financeiro necessário para desenvolver os seus SEACAPs.

A Secção 2 fornece uma descrição dos principais fluxos de financiamento climático na África Subsaariana. Na Secção 3, são detalhadas algumas das barreiras e desafios pertinentes ao financiamento climático ao nível local. A Secção 4 fornece uma visão geral dos instrumentos e mecanismos atuais de financiamento climático. Segue-se uma conclusão (Secção 5) com recomendações importantes para as autoridades locais na África Subsaariana.





## 2. VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO REGIONAL DO CLIMA NA ÁFRICA SUBSARIANA

Entre 2015 e 2050, a população urbana da África deve crescer quase mil milhões<sup>1</sup>. Com um número estimado de 1.07 mil milhões de habitantes citadinos até 2050<sup>2</sup> em 52 cidades metropolitanas e uma infinidade de cidades intermédias, isso significa que o continente é um dos poucos do mundo com maior potencial de urbanização. O ritmo e a escala deste crescimento urbano cria novas necessidades para uma vasta gama de infraestruturas e serviços, além de novas oportunidades<sup>3</sup>. Já no auge de uma transição estrutural, até 2050, as cidades da África Subsariana vão precisar de acomodar 900 milhões de pessoas em idade ativa que deixarão o seu emprego na agricultura, em troca por empregos em serviços. Por sua vez, isso irá acelerar o desenvolvimento económico e melhorar os padrões de vida em toda a região<sup>4</sup>.

No entanto, para garantir que o futuro dessas cidades seja estruturalmente apoiado por um ambiente económico seguro e atrativo ao nível nacional, regional e internacional, é necessária uma resposta atual às exigências cada vez mais urgentes criadas pelas transições urbanas existentes. Estas necessidades dizem respeito a infraestruturas urbanas sustentáveis, organizações reguladoras adequadas, fortalecimento das ligações urbanas, suburbanas e rurais e melhores capacidades de planeamento, gestão e transparência para garantir os investimentos necessários a longo prazo. O aumento da urbanização descrito anteriormente só se tornará um ativo se as cidades africanas conseguirem enfrentar os seus desafios atuais e anteciparem os futuros através da implementação de políticas de planeamento, melhores e iguais acessos aos serviços básicos e promoção do desenvolvimento económico, do emprego e da economia integrada, entre outros.

---

### 2.1 TRANSIÇÕES URBANAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO

Responder aos desafios atuais das transições urbanas, no entanto, será insuficiente a longo prazo. Atualmente, as mudanças climáticas são uma ameaça real para cidades em todo o mundo. Embora a África Subsariana seja responsável por apenas quatro por cento dos GEEs anuais globais<sup>5</sup>, a região é frequentemente descrita como a que apresenta maior risco para os efeitos negativos das mudanças climáticas, não apenas por causa da esperada mudança em si própria, mas também pela evidente falta de capacidade dos povos africanos e dos seus governos para se adaptarem a essas mudanças<sup>6</sup>. Além disso, enquanto a África Subsariana é responsável por 14% da população mundial, atualmente apenas 3% do financiamento climático e dos investimentos globais são aplicados na região<sup>7</sup>. De acordo com o Overseas Development Institute (ODI), “os níveis atuais de financiamento climático direcionados para a África Subsariana serão provavelmente insuficientes para satisfazer a necessidade demonstrada da região por financiamento da adaptação, estimado em cerca de 50 mil milhões USD por ano até 2050, considerando um cenário otimista de aquecimento global de dois graus centígrados.”<sup>8</sup>

A mobilização destes níveis de investimento requer o envolvimento de um grande número de ativistas e de interessados do sector público e do privado, para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas de baixo carbono e resilientes ao clima, reduzir a pobreza e apoiar os países a adaptar e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mas exatamente onde, como e em que sectores prioritários é necessário esse investimento?



---

## 2.2 O DÉFICE DE INFRAESTRUTURAS NA ÁFRICA SUBSARIANA

Considerando que não estão disponíveis os dados que abordam as necessidades de infraestruturas climáticas das cidades da África Subsariana no nível regional, esta secção examina as necessidades da região como um todo e ao nível do país.

Um exame dos investimentos públicos e da qualidade das infraestruturas na região mostra que "a África Subsariana fez um grande progresso na cobertura das telecomunicações nos últimos 25 anos, expandindo-se em ritmo acelerado nos países de baixos e médios rendimentos do continente. O acesso a água potável também aumentou, de 51% da população em 1990 para 77% em 2015<sup>9</sup>." No entanto, um estudo do Banco Mundial de 2017 sobre a capacidade de produção de eletricidade *per capita* em 20 anos mostra que "apenas 35% da população tem acesso a eletricidade, com taxas de acesso rural inferiores a um terço das urbanas. As infraestruturas de transportes também estão atrasadas, com a África Subsariana sendo a única região do mundo em que a densidade de estradas diminuiu nos últimos 20 anos<sup>10</sup>."

De acordo com a Iniciativa BOOST<sup>11</sup>, os níveis de investimento público entre 24 países da África Subsariana permanecem demasiado baixos para satisfazer as necessidades de infraestruturas da região, com um investimento público anual em infraestruturas de apenas dois por cento do PIB entre 2009 e 2015. Estima-se que a eliminação do défice em termos de quantidade e qualidade das infraestruturas, particularmente na capacidade de produção de eletricidade, poderia aumentar o crescimento regional do PIB *per capita* em 2,6% ao ano<sup>12</sup>. Os baixos investimentos nesses sectores podem ser reconhecidos pelos insuficientes orçamentos dos países em projetos e nas ineficiências estruturais. Os investimentos ineficazes dos países resultam na insuficiente disponibilização de infraestruturas.

Segundo o economista-chefe e autor do relatório de 2017 do Banco Mundial, "Pulse's Africa", Punam Chuhan-Pole, "a análise mostra que o impacto do investimento público no crescimento económico pode ser melhorado se os países implementarem políticas que tornem o investimento público mais eficiente [...] Existem evidências de que países com sistemas sólidos de gestão de investimentos públicos tendem a ter ainda mais investimentos privados<sup>13</sup>." Por exemplo, foi demonstrado que existe uma correlação entre os padrões de governo dos países e o controlo da corrupção e as infraestruturas gerais e a qualidade da eletricidade. Especialmente em países de rendimentos baixos, a qualidade das infraestruturas é altamente influenciada por práticas de governo sólidas e eficazes<sup>14</sup>. Esta transposição, mesmo a níveis regionais, pode recolher benefícios a longo prazo.

A eliminação do défice de infraestruturas na região, particularmente nos sectores de energia e transporte, exigirá uma melhoria nas práticas de governo, gestão e monitorização de projetos e sistemas gerais de investimento público em todos os níveis do governo para impulsionar o crescimento económico e diversificar as oportunidades de investimento para o sector privado.

Os Mecanismos de Financiamento da Preparação de Projetos (PPFs) e o suporte inicial à preparação de projetos, em particular, desempenham um papel vital no desbloqueio do financiamento climático a nível regional. Atualmente, muitos desses esforços dependem de garantias concedidas por instituições públicas, particularmente por Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). No entanto, a eficácia desses mecanismos de financiamento ainda está em questão, principalmente devido à dependência excessiva de especialistas externos, conflito de interesses das partes envolvidas, falta de apropriação institucional (inclusive do líder do projeto) e estabilidade financeira e falta de comunicação e informação – partilha entre mecanismos de financiamento de preparação de projetos (PPFs) e a inadequação geral de recursos financeiros e humanos<sup>15</sup>. De acordo com um relatório de 2016 do Fonds Mondial des Villes (FMDV) e do ICLEI (Governos Locais pela sustentabilidade) intitulado "A Review of International Project Preparation Facilities Best Practices and Scoping Analysis of Opportunities in West Africa", a África Ocidental não possui uma fonte de financiamento de preparação de projetos especialmente dedicada aos governos locais e regionais. Embora outros fundos multilaterais para o clima também canalizem recursos para eliminar ou pelo menos reduzir o défice de financiamento, permanecem mínimos.

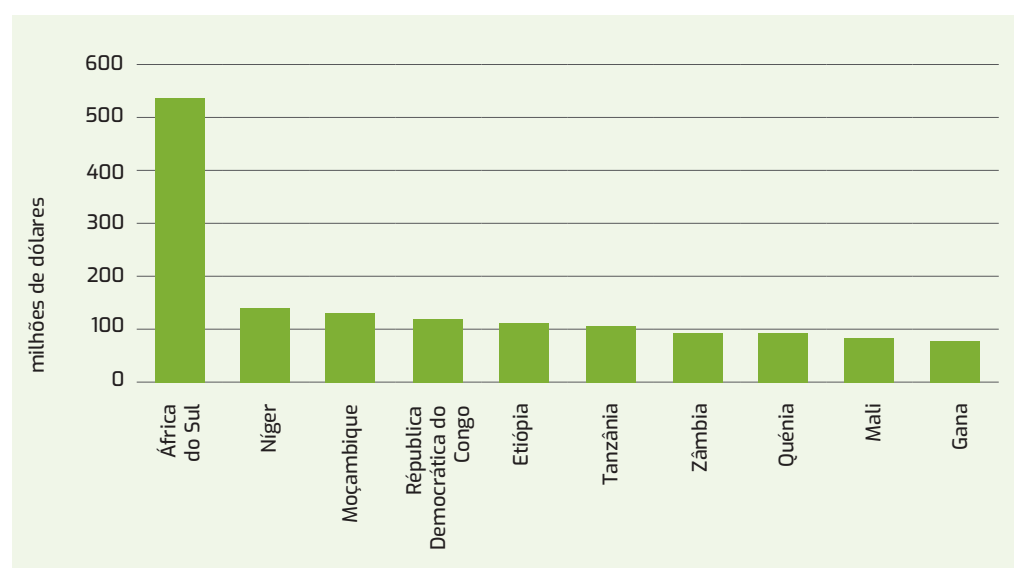
Embora a melhoria da capacidade dos governos para gerir infraestruturas continue a ser uma prioridade, vários mecanismos de financiamento já foram usados para satisfazer necessidades urgentes de infraestruturas, como Parcerias Público-Privadas (PPPs), investimento/capital privado para projetos liderados por governos locais, emissão conjunta de títulos e valores mobiliários e financiamento em bens imóveis, entre outros. Estes mecanismos, no entanto, permanecem concentrados em apenas alguns países que vivem agora um desenvolvimento de mercados de capitais domésticos, como a Nigéria, o Quênia, a Etiópia e a África do Sul.

## 2.3 PRINCIPAIS FLUXOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO: DE ONDE CHEGAM? E PARA ONDE VÃO?

Globalmente, não existem estimativas precisas disponíveis sobre o montante de financiamento climático direcionado especificamente para projetos locais e regionais, nem uma avaliação localizada das necessidades de investimento com base nos seus planos estratégicos de desenvolvimento<sup>16</sup>. O Instituto do Ambiente e Desenvolvimento estima que do total de investimentos de 17.4 mil milhões USD em financiamento climático entre 2003 e 2016, menos de 10% (1.5 mil milhões) foram aprovados para projetos de mudança climática com impacto local<sup>17</sup>. Da mesma forma, os dados disponíveis sobre os principais fluxos de financiamento climático para a África Subsaariana concentram-se apenas nos fluxos para os governos nacionais beneficiários e não incluem a quantia que flui diretamente para os governos regionais.

Um relatório de 2016 emitido pelo ODI, por exemplo, revelou que, embora "o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF) e o Banco Mundial administrem o Fundo de Tecnologia Limpa (CTF), são os maiores fornecedores de financiamento cumulativo da região... o novo Fundo Verde para o Clima (GCF) aprovou o financiamento mais recente em 2016. Dados da CFU indicam que foram aprovados 3.3 mil milhões USD para 517 projetos e programas em toda a África Subsaariana desde 2003. Apenas 45% do financiamento aprovado foi disponibilizado para medidas de adaptação<sup>18</sup>." Com o montante aprovado por vinte fundos climáticos ativos na região entre 2003 e 2016, a África do Sul responde por 19% (Figura 1), em grande parte em apoio ao programa de energia renovável da CTF Eskom, que visa facilitar o desenvolvimento acelerado da capacidade de criação de fontes renováveis de larga escala, como parte da sua estratégia de longo prazo para reduzir as emissões de carbono<sup>19</sup>.

Figura 1. Os dez principais países destinatários, por valor aprovado (2003–2016)

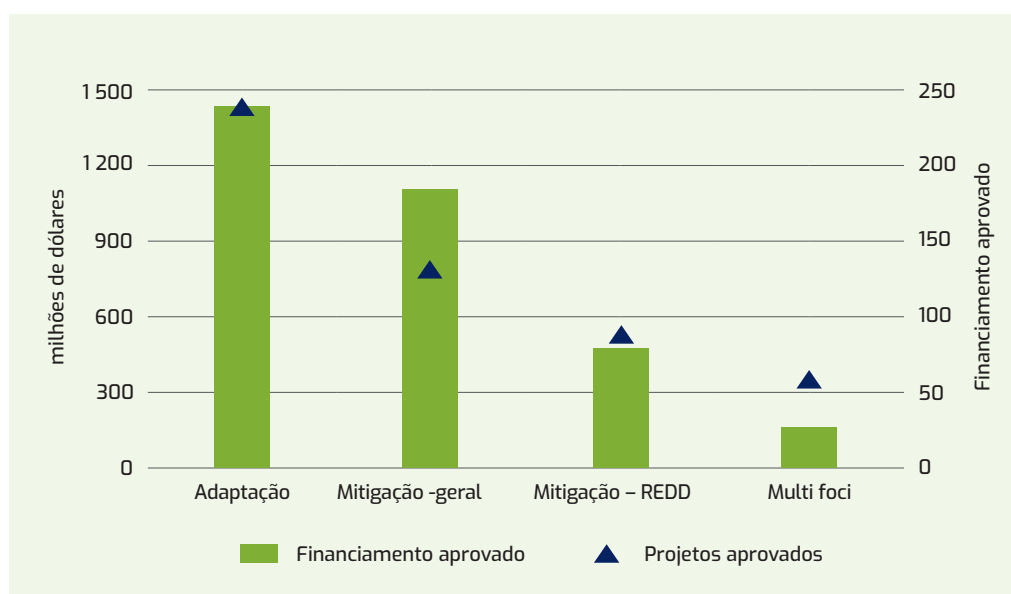


Fonte: Climate Finance Regional Briefing: Sub-Saharan Africa (ODI, 2016)

O relatório do ODI revela ainda que, "embora quarenta e dois países da África Subariana tenham recebido algum financiamento, excetuando alguns países, esse dinheiro foi distribuído de forma bastante reduzida. Embora a maior parte do financiamento seja a nível nacional, foram aprovados 342 milhões USD para mais de 60 projetos regionais ou multinacionais. Isto reflete a estratégia de contribuintes bilaterais, como a Alemanha ou o Reino Unido, além dos multilaterais, como o Mecanismo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Fundo Verde para o Clima (GCF), para apoiar objetivos semelhantes de mudança climática em vários países<sup>20</sup>."

A Figura 2 ilustra o facto de que 50% do financiamento climático da região é responsável pela mitigação e Redução de Emissões da Desflorestação e da Degradação florestal, além da gestão sustentável das florestas e da conservação e melhoramento das atividades de stock de carbono florestal (REDD+). No entanto, como demonstra o relatório, essas despesas estão concentradas em apenas alguns países.

**Figura 2. Financiamento aprovado, por temas (2003–2016)**



Fonte: Climate Finance Regional Briefing: Sub-Saharan Africa (ODI, 2016)

Além disso, prevê-se que o financiamento para medidas de adaptação venha a aumentar. Em 2016, o GCF aprovou 79,5 milhões USD para cinco projetos de adaptação no Mali, Gâmbia e Senegal. Dois deles (via acesso direto) foram para a Namíbia. Em 2019, o financiamento do GCF para projetos de adaptação no valor de 1,8 mil milhões USD foi alocado para os Países Menos Desenvolvidos (PMD), SIDS e/ou Estados africanos<sup>21</sup>. No entanto, o valor total canalizado diretamente para o nível regional permanece incerto.

Aparentemente, em termos mais amplos, **a maioria dos fundos climáticos é canalizada para as cidades através dos governos nacionais**. Isto também envia uma mensagem de que, embora o acesso direto das cidades e dos governos locais aos fundos seja importante, a integração vertical entre vários níveis de governo permanece vital para canalizar os fundos com sucesso para o nível local em que as ações são implementadas.



### 3. BARREIRAS E DESAFIOS AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO REGIONAL

Na região da África Subsaariana, as instituições doadoras são uma importante fonte de financiamento para o desenvolvimento de infraestruturas de baixo carbono e resilientes ao clima. No entanto, a dependência de doadores é insustentável a longo prazo. Na maioria dos casos, mesmo quando os fundos estão disponíveis, incluindo os do sector privado, a maioria dos governos locais está mal equipada para facilitar o acesso e à gestão bem-sucedida desses fundos ou para projetar e preparar projetos economicamente viáveis. Isto deve-se à falta de estruturas reguladoras, competências e sistemas eficientes. Além disso, muitas cidades têm capacidade limitada para orçar e cobrar receitas domésticas, o que geralmente leva a serviços públicos básicos mais pobres e a manutenção limitada das infraestruturas<sup>22</sup>.

Em 2015, a Cities Climate Finance Leadership Alliance (CCFLA – Aliança de Liderança para o Financiamento Climático das Cidades) publicou um relatório<sup>23</sup> sobre o estado global do financiamento climático da cidade. O relatório identificou um conjunto de áreas-chave onde os riscos e desafios associados ao financiamento da cidade correspondem aos do financiamento climático. É evidente que essas barreiras também se aplicam ao contexto subsaariano, embora nem todas sejam igualmente relevantes para todas as cidades e contextos de desenvolvimento. O relatório identifica seis barreiras-chave que se enquadram em três categorias principais, que se descrevem de seguida:

---

#### 3.1 REGULAÇÃO E GOVERNO

**3.1.1 Incerteza sobre políticas reguladoras e tributárias que afetam as infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima** – aumento dos riscos associados a mudanças nas políticas climáticas nacionais, estaduais, regionais ou municipais (como impostos sobre emissões de carbono, incentivos à eficiência energética ou combustíveis fósseis) subsídios) e outros riscos políticos (ciclos eleitorais, regimes políticos etc.) muitas vezes desencorajam os investidores do sector privado. A relutância do sector privado também reduz o investimento de instituições públicas e bancos de desenvolvimento, que frequentemente recorrem a acordos de PPP ou acordos de cofinanciamento com investidores do sector privado. As cidades e os governos locais são sensíveis às estruturas de políticas nacionais e alguns países têm fracas estruturas de investimento e de regulação para investimentos públicos e privados, direitos de propriedade privada e acordos de investimentos estrangeiros, o que agrava o problema.

---

#### 3.2 PLANEAMENTO DE INFRAESTRUTURAS

**3.2.1 Dificuldade em incorporar objetivos climáticos no planeamento de infraestruturas urbanas**, dado que as autoridades atribuem menor prioridade do que a iniciativas que requerem necessidades de curto prazo (ou seja, educação, saúde e segurança pública). Devido à complexa organização e acordos institucionais e à disponibilidade limitada de informações, os líderes políticos a vários níveis do governo falham em fazer coincidir os seus compromissos gerais sobre o clima com as metas nacionais e não podem concordar com padrões e indicadores de desempenho para infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima no design e planeamento do projeto. O planeamento das infraestruturas que integram os principais componentes climáticos é crucial para que os governos locais preparem as despesas iniciais de capital para o seu desenvolvimento, especialmente porque as infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima podem custar entre cinco e 10% ou mais<sup>24</sup>.

### **3.2.2 Falta de conhecimento da cidade no desenvolvimento de projetos de infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima que atraem financiamento**

– muito poucos governos locais têm capacidade especializada para planejar e desenvolver projetos climáticos apenas porque, em comparação com os governos nacionais, têm menos projetos desenvolvidos (e, portanto, menos experiência). Além disso, apenas um número limitado de cidades tem capacidade para avaliar os benefícios climáticos a nível financeiro e técnico. Com limitações pré-existentes na gestão de projetos e falta de experiência em vários instrumentos financeiros climáticos, a maioria das cidades também luta na criação de um modelo económico viável para investimento em infraestruturas e para a coordenação de um planeamento urbano coeso que integre os objetivos climáticos por um conjunto diversificado de interessados. À frente desses problemas encontram-se as restrições institucionais e reguladoras que atrasam os investimentos coordenados em infraestruturas, fragmentam o desenvolvimento físico e limitam a produtividade económica geral. Embora a maioria dos projetos seja urgente, especialmente os de adaptação, poucos têm o potencial para criar fluxos de receitas suficientes para pagar os custos de capital e, portanto, não são considerados economicamente viáveis para os investidores no atual ambiente político.

### **3.2.3 Controlo insuficiente das cidades sobre o planeamento de infraestruturas e coordenação complexa dos interessados**

– as cidades frequentemente não possuem o controlo necessário para direcionar o investimento para infraestruturas de baixo carbono e resilientes ao clima, porque geralmente estão sujeitas à supervisão nacional ou provincial. Por exemplo, a maioria das suas emissões de carbono é planeada e controlada por governos nacionais, estaduais ou regionais (como no caso da produção de energia). Isto afeta a capacidade de crédito de uma cidade e a sua aptidão para solicitar empréstimos.

Capacidade de crédito – uma capacidade comprovada para pagar obrigações financeiras – é crucial na adoção de abordagens baseadas no mercado para obter financiamento e existem apenas algumas autoridades locais da África Subsariana com capacidade para o conseguir. A capacidade de crédito de uma cidade ou de um líder de projeto é geralmente avaliada e concedida por uma agência de classificação de crédito e, atualmente, apenas um número muito limitado de cidades na África Subsariana dispõem dessa classificação.

Existem várias iniciativas que fornecem apoio para a emissão de títulos de dívida sub-soberana, como a City Creditworthiness Academy (liderada pelo Banco Mundial). A maioria das cidades da África Subsariana não tem capacidade de crédito para aceder a empréstimos e outros instrumentos de dívida de credores privados e os empréstimos exigem um mercado financeiro estável e funcional. Além disso, o crédito disponível é frequentemente muito caro. Finalmente, são necessárias avaliações da elaboração do projeto e da viabilidade para satisfazer os requisitos financeiros dos investidores e os processos de *due diligence* (diligência prévia)<sup>25</sup>.

---

## **3.3 PREPARAÇÃO FINANCEIRA**

### **3.3.1 Elevados custos de transação para infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima nas cidades**

– os custos de transação para infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima são inerentemente mais elevados em comparação com outras classes de ativos. Além dos desafios reais e previstos das novas tecnologias verdes, a pequena escala de alguns projetos, a falta de classificação de crédito e a complexidade dos sistemas de financiamento e de desenvolvimento de projetos das cidades, isso aumenta os custos gerais do projeto, o que, por sua vez, impede o investimento nas cidades por investidores externos. Processos complexos e demorados de coordenação de projetos, que surgem da natureza fragmentada do poder de decisão nas cidades, dificultam o avanço dos projetos durante a fase de planeamento a um ritmo que os investidores considerem razoável. Os processos complicados envolvidos na obtenção de financiamento junto de bancos de desenvolvimento e outros investidores também podem criar obstáculos burocráticos que retardam a preparação do projeto e aumentam os custos de transação. Os riscos do mercado de capitais relacionados com as flutuações e a depreciação da moeda, bem como a liquidez limitada do mercado, contribuem para os riscos gerais de investimento em infraestruturas climáticas.

### 3.3.2 Falta de modelos de financiamento comprovados para infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima ao nível da cidade

– os investidores geralmente não estão familiarizados com os projetos climáticos e têm dificuldade em incorporar reduções nos custos operacionais, melhorias na qualidade do ar, maior resiliência e outros fatores relevantes nas suas análises de custo/benefício. Além disso, muitos projetos de infraestruturas urbanas carecem de fluxos de receita claros que permitam aos investidores recuperar os custos totais durante a vida útil de um ativo. Isto é particularmente verdadeiro para projetos de adaptação que podem incorrer em altos custos iniciais e, ao mesmo tempo, oferecer benefícios ambientais e sociais, e não financeiros, sem modelos de negócios específicos apresentados. Por estes motivos, são necessários instrumentos e mecanismos inovadores para ajudar a melhorar o perfil de risco/retorno de infraestruturas de baixas emissões e resilientes ao clima, especialmente projetos de adaptação. No entanto, mesmo onde existem modelos comprovados de financiamento para projetos de infraestruturas relacionados com o clima, muitos investidores continuam a acreditar que o retorno não compensa os riscos mais elevados.



## 4. INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO ATUAIS E EXISTENTES

Enquanto os doadores internacionais e os fundos multilaterais para o clima desempenham um papel fundamental na redução do défice no financiamento de infraestruturas, as cidades da África Subariana têm uma vasta gama de outras oportunidades e instrumentos para captar dotações de fundos externos para o financiamento dos seus projetos de adaptação e mitigação climáticos. Disponíveis durante todo o processo de preparação para o investimento, podem ser usados para aumentar as reduzidas aplicações públicas e o baixo investimento em infraestruturas urbanas.

Nesta secção, os instrumentos e mecanismos de financiamento climático apresentados são limitados aos que diretamente se referem e que estão acessíveis às cidades e governos locais na região, e que, em última análise, estão centrados no empréstimo de capital do sector privado (lista completa no Anexo 5). Estão listadas no Anexo 6 iniciativas dedicadas a cidades e governos locais acessíveis apenas através de entidades intermediárias, como governos nacionais e instituições financeiras. A cooperação descentralizada, cidade-a-cidade não está aqui incluída, dado que requer mapeamento e análise mais aprofundados, pelo que os dados ainda não estão totalmente disponíveis.

Usando os principais resultados do estudo de mapeamento, esta secção apresenta exemplos de instituições que disponibilizam suporte financeiro. Também descreve vários mecanismos financeiros chave que estão atualmente a ser usados pelos governos locais na África Subariana e no resto do mundo, pois são considerados mais adequados para responder às respetivas necessidades de financiamento atuais.



### 4.1 AJUDA EXTERNA E DOAÇÕES DO SECTOR PÚBLICO

A ajuda externa e as doações para África têm origem, principalmente, em programas bilaterais de ajuda e desenvolvimento internacional, como os disponibilizados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que atuam como intermediários de canalização entre o doador e os governos destinatários<sup>26</sup>. É importante observar, no entanto, que os destinatários são geralmente governos nacionais que detêm o poder discricionário para decidir como esses fundos são gastos ou alocados (ou mesmo se são efetivamente atribuídos) aos governos regionais.

Embora as tendências mostrem que alguns governos subsarianos estão a usar cada vez mais abordagens baseadas no mercado para financiar projetos de desenvolvimento, a maioria continua dependente da ajuda externa e das doações. Isto acontece porque, mesmo quando estão cientes de outras oportunidades de financiamento de projetos climáticos (principalmente com fundos internacionais), geralmente são impedidos por insuficiente capacidade para preparar projetos com êxito, garantir financiamento e gerir os relatórios subsequentes exigidos. Além disso, os instrumentos financeiros baseados no mercado geralmente estipulam o cofinanciamento de outras fontes ou a necessidade de garantir a "viabilidade económica" do(s) potencial(ais) investimento(s). A satisfação desses requisitos pode ser difícil para as administrações locais com orçamentos ou capacidade administrativa limitados.

De acordo com o ODI, devido a estas razões "técnicas" e a outros requisitos de "retorno do investimento social", "as doações do sector público continuarão a desempenhar um papel crucial ao permitirem benefícios significativos comuns no ambiente, desenvolvimento, no âmbito social e de igualdade de género das ações climáticas na região a realizar, particularmente para medidas de adaptação<sup>27</sup>."

O Fundo para as Mudanças Climáticas do Condado no Quênia (CCCCF), por exemplo, foi financiado pelos governos do Reino Unido e da Suécia para apoiar os seus governos locais (condados) através do estabelecimento de estruturas de relatório e indicadores para rastrear as alocações dos orçamentos e o progresso na implementação do seu Plano de Ação Nacional. Isso permite-lhes atrair financiamento climático internacional. O compromisso do governo queniano para fornecer alocações de orçamento doméstico através do CCCF serve de lição para outros governos da região sobre como canalizar as finanças públicas domésticas para o nível local, estabelecendo mecanismos de financiamento do condado para medidas de adaptação.



## CAIXA 1

### Os Fundos para as Mudanças Climáticas do Condado no Quênia

No Quênia, os condados (governos locais) desfrutam de um bom grau de independência na diversificação do financiamento para atividades climáticas. O Fundo para as Mudanças Climáticas do Condado (CCCCF) inclui fundos climáticos descentralizados que se baseiam nos sistemas de governo local existentes para a atribuição de fundos de uma maneira que concede poderes às comunidades e desenvolve a resiliência climática. Iniciado no Condado de Isiolo (2009–2013), foi posteriormente replicado nos condados de Kitui, Makueni, Wajir e Garissa.

Para obter mais informações sobre fundos climáticos descentralizados, consultar a publicação: "*Financing Climate and Energy Action in African Cities*", CoM SSA, 2019.

Outros exemplos incluem:



## CAIXA 2

O **Programa de Pequenas Doações do Fundo Global para o Meio Ambiente**, usado para apoiar um projeto para acelerar o desenvolvimento numa vila em Mkuranga, Coast District (Tanzânia), através do fornecimento de energia solar fotovoltaica.

De julho de 2017 a dezembro de 2018, foi utilizada uma doação no valor de 47.052 USD para instalar a energia solar fotovoltaica no hospital da vila, centro comunitário, lojas e quiosques e em pelo menos 30 residências. Também foi usado para demonstrar atividades de empreendedorismo, como carregamento de telefones, fogões solares e secadores de sal para pequenos produtores de sal. Estas atividades beneficiaram todos os moradores da vila, principalmente os jovens.



### CAIXA 3

O programa "Local Climate Adaptive Living Facility (LoCAL – Mecanismo de Vida Adaptável ao Clima Local)" do Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF) não é um fundo e não trabalha com convites à apresentação de propostas ou projeto a projeto, mas implica o estabelecimento de um mecanismo nacional para trabalhar com os governos locais em financiamento climático.

O LoCAL opera através de doações de resiliência climática com base no desempenho (PBCRGs), que consistem num complemento financeiro para cobrir os custos adicionais de tornar os investimentos resilientes ao clima e/ou de investimentos adicionais para adaptação às mudanças climáticas. Estas doações complementam as alocações regulares realizadas pelo nível central para os governos locais através do respetivo sistema de transferência fiscal intergovernamental. As suas características técnicas incluem um conjunto de condições mínimas, medidas de desempenho e uma lista de investimentos elegíveis.

O mecanismo LoCAL e as suas PBCRGs apoiaram projetos nas seguintes áreas: agricultura, pecuária, LULUC, energia, água e saneamento, transporte de resíduos, infraestruturas de ensaios climáticos, entre outras.

Para obter mais informações sobre as realizações do LoCAL em Copargo, consultar a publicação: "*Financing Climate and Energy Action in African Cities*", CoM SSA, 2019.



Um fator-chave do êxito em Copargo foi a construção de uma bacia de retenção de água e de um dique. Esta infraestrutura aumentou a disponibilidade de água para os agricultores, permitiu a diversificação agrícola e contribuiu de forma significativa para a economia local. @LoCAL – UNCDF Photo Joel Bekou



### CAIXA 4

A **Iniciativa Cidades e Mudanças Climáticas na África Subariana (CICLIA)** da **Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)** aloca doações a um número limitado de países prioritários.

Em dezembro de 2016, a UE, a Secretaria de Estado da Economia da Suíça (SECO) e a AFD lançaram um programa de quatro anos no valor de 10.5 milhões EUR. Entre as doações oferecidas pela AFD, o mecanismo CICLIA visa ajudar entre 20 e 25 cidades da África Subariana (1) a financiar estudos de viabilidade e vulnerabilidade; (2) apoiar projetos existentes para maximizar o seu impacto; e (3) apoiar as áreas urbanas na preparação das suas estratégias climáticas.

Entre as cidades que receberam apoio, incluem-se as seguintes cinco:

- Kampala (Uganda): preparação de um plano diretor de iluminação pública para a cidade
- Kano (Nigéria): estudo de viabilidade para a gestão de resíduos sólidos
- Cidade do Cabo (África do Sul): estudo sobre a vulnerabilidade e os riscos relacionados com as mudanças climáticas e um estudo económico-financeiro sobre o fornecimento sustentável de energia para famílias pobres
- Kinshasa (República Democrática do Congo): estudo de pré-viabilidade urbana e social nos bairros periféricos do rio N'Djili
- Ganvie (Benin): estudo adicional para o projeto "Reinvent Ganvie" e para o estudo de impacto ambiental e social

Apesar das críticas à ajuda externa e ao financiamento com doações ao sector público, principalmente porque não criam capacidade de investimento a longo prazo, continuam generalizados tanto na África Subariana como no mundo em desenvolvimento. É, por isso, muito importante apoiar cidades e governos locais no incentivo a abordagens baseadas no mercado e compromissos negociais e comerciais justos para financiar as suas necessidades de desenvolvimento e fortalecer as suas estruturas institucionais financeiras domésticas e canalizar fundos para o efeito.





## 4.2 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA CIDADES

O World Resources Institute publicou um documento de trabalho que disponibiliza um glossário de instrumentos de financiamento e os mecanismos disponíveis para apoiar projetos de mitigação das mudanças climáticas do sector privado nos países em desenvolvimento<sup>28</sup>. Utilizando-o como recurso-chave, esta secção proporciona uma visão geral dos instrumentos de financiamento climático disponíveis para as cidades subsarianas e governos locais, conforme apresentado na base de dados com exemplos específicos de cidades ou instituições que os gerem.

Infelizmente, embora muitas dessas opções de financiamento estejam atualmente a ser usadas pelos governos locais para financiar grandes projetos de infraestruturas e outras iniciativas, não são necessariamente iniciativas de adaptação ou mitigação do clima, incluindo o acesso a energia sustentável.

É importante observar que os instrumentos de financiamento apresentados a seguir são mais adequados para prioridades de longo prazo, particularmente para ações de mitigação das mudanças climáticas e acesso a energia sustentável, pelo principal motivo de que esses projetos tendem a ser mais atraentes para investidores do sector privado. Na maioria das vezes, os governos locais tendem a continuar a depender de fundos bilaterais ou multilaterais ou de fundos de adaptação dedicados para financiar projetos de adaptação.

É vital reiterar que estes instrumentos de financiamento não podem manter-se únicos para colmatar o défice de financiamento nas cidades subsarianas sem as melhorias necessárias no ambiente regulador para investimentos, mercados de capital e maior eficiência na criação de receitas domésticas.

Os governos locais, usando o apoio de agências governamentais nacionais, necessitam definir as suas prioridades de curto e médio prazo, focadas em aumentar a criação de receitas locais através de serviços e gestão de infraestruturas mais eficientes e melhores sistemas e processos de gestão financeira<sup>29</sup>. O desenvolvimento dessa capacidade acompanha a melhoria da capacidade de integrar componentes climáticos nos elementos técnicos e financeiros do planeamento municipal e na prestação de serviços públicos.

### 4.2.1 Instrumentos de eliminação de riscos

Os instrumentos de eliminação de riscos destinam-se a ajudar os investidores a reduzir ou gerir riscos de investimento, geralmente em troca de uma taxa, e assim melhorar as expectativas de retorno de risco de um investimento. Existem quatro tipos principais, que se descrevem a seguir:

- **Seguros e garantias** – os produtos de seguros e garantias protegem os investidores face à falta de pagamento do devedor. Uma garantia pode ser parcial (protegendo uma parte do investimento durante sua vida útil) ou integral (cobrindo a totalidade do investimento após um período de tempo pré-especificado). Os seguros e garantias podem ser divididos em três categorias:
  - **O seguro/garantia de risco político** protege contra a falha de pagamento por parte de um devedor como resultado de eventos e circunstâncias políticas, como a expropriação governamental de ativos, restrições ou inconvertibilidade de transferência de moeda, quebra de contrato, guerra e outros distúrbios civis, etc. Na eventualidade desses pagamentos serem interrompidos devido a estas ocorrências, os seguros/garantias de risco político pagam a totalidade ou parte das perdas.
  - **As garantias parciais de risco** cobrem os riscos de um governo local não cumprir as suas obrigações contratuais relativamente a um projeto do sector privado. Estas obrigações são geralmente de natureza política ou reguladora.
  - **As Garantias parciais de crédito** apoiam empréstimos comerciais para projetos de investimento público, cobrindo parcialmente os credores do sector privado em caso de incumprimento no pagamento da dívida por parte do governo local.



## CAIXA 5

### A Garantia do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (EFSD) do Plano de Investimento Externo da UE (EIP)<sup>30</sup>

No valor de 1.5 mil milhões EUR, o esquema de garantia do EFSD, um dos pilares do Plano de Investimento Externo (PEI) da UE pode (1) atrair financiamento para parte do capital inicial (“ações” ou “capital de risco”) de que um projeto precisa para sair do papel e (2) servir como caução (garantia) para pagar parte ou todo o empréstimo, se o devedor sofrer perdas e incorrer em incumprimento no pagamento da dívida.

Ao abrigo do EFSD, propõem-se 28 garantias, incluindo pelo menos três destinadas especificamente às cidades da África Subsariana, graças à sua cooperação com instituições financeiras nacionais dos países da UE e bancos multilaterais de desenvolvimento.

Entre elas, a Plataforma do Fundo de Investimento em Cidades Sustentáveis liderada pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), que abrange principalmente ações climáticas, oferece garantias de investimento para fundos de investimento regionais que concedem empréstimos, ações, capital mezzanine (dívida subordinada) e garantias (garantia do EFSD de até 37 milhões EUR). Esta garantia mobiliza capitais públicos e privados em cidades onde as infraestruturas e os serviços municipais resilientes são escassos, inclusive nos países frágeis e menos desenvolvidos. Ao combinar investimentos com assistência técnica (até 8 milhões EUR) para transformar estratégias de desenvolvimento urbano sustentável em projetos e para os preparar e desenvolver, a garantia visa participar no melhoramento da organização local e combater os impedimentos ao investimento privado em projetos de infraestruturas.

- **Empréstimos e mecanismos de apoio em moeda local** – são desembolsados em moeda local, protegendo o devedor face a riscos cambiais decorrentes da incompatibilidade de gerar receita em moeda local e pagar dívidas em moeda estrangeira.



## CAIXA 6

O empréstimo em moeda local na África Subsariana do **KfW Group e do AfDB**, parte do **esquema de garantias do EFSD**, oferece empréstimos em moeda local<sup>31</sup> com uma garantia total do EFSD de até 27,5 milhões EUR e assistência técnica de até 2 milhões EUR.

O esquema oferece e gere duas garantias que visam reduzir os custos de financiamento, enfrentar os riscos associados à depreciação da moeda e incentivar empréstimos em moedas locais para projetos na África Subsariana, que são as seguintes:

- A garantia do KfW Group, que visa apoiar os projetos Sustainable Energy for All (SE4ALL), o crescimento e o investimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas no sector de energia (até 15 milhões EUR de garantia do EFSD)
- A garantia do AfDB, que visa conceder empréstimos acessíveis a longo prazo em moeda local a empresas locais (incluindo pequenas e médias empresas (PME)) em sectores-chave, incluindo países menos desenvolvidos e frágeis (até 12,5 milhões EUR de garantia do EFSD)

- **Mecanismos de liquidez** – são linhas de crédito destinadas a fornecer um fluxo de caixa crítico de curto prazo a um projeto ou entidade através de um mecanismo de liquidez cambial que permite que os devedores possam gerir flutuações nas taxas de câmbio
- **Swaps/Derivativos** – são contratos financeiros que ajudam a gerir diferentes tipos de riscos enfrentados por um investidor ou devedor em troca de uma taxa inicial ou prémio estável e contínuo, enquanto envolvem uma troca de fluxos de caixa com uma entidade ou mecanismo de financiamento de terceiros.

## 4.2.2 Instrumentos de empréstimo ou dívida

Os instrumentos de empréstimo ou dívida fornecem aos devedores o financiamento antecipado em troca do pagamento do "principal" juntamente com juros, com base em prazos predeterminados e nos termos da taxa de juro. Aqui, o foco está nos instrumentos concessionados propostos pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) e doadores em vez de investidores comerciais, dado que são mais adaptados às necessidades e ao contexto das cidades da África Subsaariana. Existem dois tipos:

- **Empréstimos Concessionados/Flexíveis** – empréstimos sem taxas de juros ou com juros baixos, programas de pagamento alargados e modificações nas taxas de juros durante a vida do empréstimo
- **Empréstimos Concessionados/Flexíveis através de intermediários financeiros** – empréstimos concedidos para projetos através de intermediários financeiros, sejam públicos (por exemplo, bancos regionais de desenvolvimento) ou privados (por exemplo, bancos comerciais)



### CAIXA 7

O **Fundo Internacional de Investimento Municipal das Cidades e Governos Locais Unidos (UCLG)**, o **Fundo Global para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV)** e o **Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (UNCDF)** são componentes essenciais da estratégia global renovada da UCLG de localização de financiamento para a urbanização sustentável. Adotado em maio de 2018, o seu objetivo é facilitar o acesso ao financiamento para projetos de investimento dos governos locais nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Visam apoiar a estruturação de investimentos inovadores nas cidades do Sul Global através de uma componente de assistência técnica e uma componente de investimento. A primeira ronda de financiamento visa mobilizar 250 milhões USD.

Todas as cidades, independentemente do seu tamanho, são elegíveis para Fundos, desde que o projeto ou programa de investimento seja de benefício geral e contribua para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os Fundos planeiam apoiar cada cidade a finalizar o(s) seu(s) projeto(s) de investimento, contribuindo com até 30% do seu financiamento e ajudando-as a mobilizar o restante financiamento no mercado de capitais nacional e internacional.

Uma chamada para iniciativas lançadas no início de 2019 pelo Secretariado Mundial da UCLG levou à identificação de 14 cidades (incluindo cinco cidades africanas) que são elegíveis para beneficiarem dos fundos para uma primeira fase piloto. Entre os projetos apresentados pelas cidades africanas para a fase piloto estão o desenvolvimento de redes autónomas de iluminação pública, a construção e reabilitação de mercados e o descongestionamento de redes de transporte.



### CAIXA 8

O **projeto de Drenagem de Águas pluviais da Cidade de Cotonou, Benin** foi financiado através de empréstimos do BEI. Considerando que as mudanças climáticas conduzem a eventos climáticos mais extremos, o sector da água e saneamento tornou-se uma das suas prioridades.

Em 2010, após as inundações na África Ocidental, o governo do Benin desenvolveu um plano diretor de recolha de águas pluviais, que deu origem a um novo programa para gerir as inundações em Cotonou. Este projeto (também apoiado pelo Banco Mundial, pela Agência Francesa de Desenvolvimento, pelo AfDB, pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento e pelo Banco de Desenvolvimento da África Ocidental) visa proteger Cotonou das inundações cíclicas que enfrenta durante a sua estação chuvosa anual, construindo 34 bacias de retenção em diferentes locais da cidade. O financiamento do BEI abrange 20 dessas bacias. Em dezembro de 2018, o BEI concordou em investir 50 milhões EUR em empréstimos ao projeto, que têm um custo total de 128 milhões EUR.

### 4.2.3 Investimentos em ações e quasi-ações

Os investimentos em ações proporcionam uma base crítica de capital para uma entidade ou projeto aumentarem as suas operações, aceder a outras fontes de financiamento e reduzir os riscos de investimento enfrentados por outros investidores de projetos/empresas, especialmente investidores em dívidas que são pagas antes dos investidores em ações. Os diferentes tipos estão listados abaixo:

- **Investimento direto em ações** – uma contribuição direta de capital para um projeto sem a garantia de reembolso. Os retornos dependem do desempenho do projeto durante o período de investimento.
- **Quasi-ações** – estes investimentos possuem uma combinação de características de dívida e de ações em termos de propriedade e reivindicação de ativos no caso de incumprimento. Alguns tipos de quasi-ações podem ser convertidos, de dívida detida para características de ações e vice-versa. Existem dois tipos de investimentos de quasi-ações:
  - **Títulos convertíveis** – podem ser convertidos em ações ordinárias da entidade emissora (governo local, por exemplo) ou o valor equivalente em dinheiro. Dado que os juros são pagos antes de qualquer dividendo em ações, os títulos convertíveis são um instrumento mais seguro para o credor relativamente a um investimento direto em ações.
  - **Dívida subordinada** – possui uma reivindicação menor sobre ativos. Se um governo ou projeto local entrar em falência, a dívida subordinada será paga somente depois de outras dívidas mais elevadas serem pagas.



#### CAIXA 9

O projeto aprovado do **Fundo Global para o Meio Ambiente** para **"Climate Investor One" (CIO)** foi criado para financiar projetos de infraestruturas de energia renovável na forma de empréstimos concessionados em onze países, com um investimento total de 100 milhões USD.

Alguns dos países beneficiários incluem Burundi, Camarões, Djibuti, Quênia, Madagáscar, Malawi, Nigéria e Uganda. Neste ponto, as cidades e os governos locais não são elegíveis para aceder diretamente a esses empréstimos.

O Climate Investor One é um mecanismo de financiamento misto gerido pelo Climate Fund Managers, um fundo de investimento do Banco de Desenvolvimento Holandês (FMO) e por Sanlam InfraWorks, uma subsidiária do Sanlam, um grupo sul-africano.

### 4.2.4 Fundos e produtos estruturados

Os fundos e produtos estruturados, que são especialmente úteis para projetos menores, permitem que os investidores diversifiquem os seus investimentos (melhorando assim o seu perfil agregado de recompensa de risco) e reduzam os custos de transação de investimento. Assim, melhoram o acesso dos devedores ao financiamento. Existem três tipos:

- **Os Fundos de Dívida e Ações** são investimentos conjuntos em dívida ou ações de vários projetos e/ou governos locais. Os fundos de dívida permitem que os investidores preservem capital e gerem rendimentos, enquanto que os fundos de ações visam o crescimento do investimento através de ganhos ou dividendos.
- **Produtos Estruturados/Securitizados** são investimentos altamente personalizados nos quais conjuntos de ativos, como hipotecas, são agregados para criar um novo título e depois divididos e vendidos a investidores com diferentes tolerâncias de risco-retorno.
- **Fundos de Caução** são fundos de *private equity* direcionados para um objetivo de investimento específico definido pelos colaboradores da pool de investimentos.



## CAIXA 10

O **Mecanismo de Financiamento Climático (CFF) do Banco de Desenvolvimento da África do Sul (DBSA)** é o primeiro mecanismo de financiamento climático do sector privado em África a usar um modelo pioneiro de banco verde. O CFF, na qual o GCF está a investir 56 milhões USD, proporciona melhoramentos de crédito, como parcelas de dívida subordinada e extensões de prazo, para anular o risco e aumentar a viabilidade económica de projetos climáticos, de modo a impedir investimentos significativos de bancos comerciais e patrocinadores de projetos. O programa tem como alvo a África do Sul, Namíbia, Lesoto e Eswatini (anteriormente Suazilândia), mas tem um potencial significativo para replicar noutros países em desenvolvimento.

## 4.3 MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO



Além de usar os seus próprios recursos financeiros (principalmente transferências intergovernamentais, impostos cobrados, tarifas, receitas de ativos, doações e subvenções externas), os governos africanos locais normalmente financiam investimentos de capital urbano através de 1) empréstimos; 2) PPPs; e 3) apreensão do valor do terreno (financiamento baseado no terreno)<sup>32</sup>. Dentro desses mecanismos, várias inovações evoluíram, como os *green bonds*, pelas quais os governos locais podem beneficiar de investimentos e capital adicionais, principalmente do sector privado. Alguns desses mecanismos estão a ser utilizados pelas cidades e governos locais em todo o mundo e podem ser igualmente aplicáveis ao contexto subsariano. São descritos de seguida:

### 4.3.1 Empréstimos

Os empréstimos do governo local podem ser realizados por meio de créditos ou pela emissão de obrigações de dívida (títulos). Embora estes instrumentos tenham sido abordados com mais detalhes na Secção 4.2.2, destacam-se aqui duas variações: *green bonds* e Mecanismos Regionais de Financiamento Conjunto (SPFMs). Ambas foram identificadas pela Nova Agenda Urbana como potenciais catalisadores para financiar a sua implementação a nível local e como aceleradores para mobilizar o mercado de capitais para financiar as atividades de transição de baixo carbono das cidades.

- **Green bonds** são obrigações de dívida emitidas pelos governos locais para aumentar o capital especificamente para projetos ambientais ou relacionados com o clima e podem ser certificados como tal usando os padrões internacionais existentes, como os Green Bond Principles ou os Climate Bond Standards<sup>33</sup>. Uma vez que o mercado de *green bonds* é relativamente novo e como os riscos relacionados são considerados elevados, especialmente nos países em desenvolvimento, a garantia é exigida pelos investidores ao banco central do país ou ao BMD. Além disso, como órgãos emissores, os governos locais precisam de um rating de crédito e de uma certificação independente para o investimento. Atualmente, a maioria dos governos subsarianos locais tem um *rating* de crédito baixo e as estruturas legais e reguladoras relativas às suas capacidades de empréstimos são limitadas pelos governos nacionais, dificultando a emissão de *green bonds*.

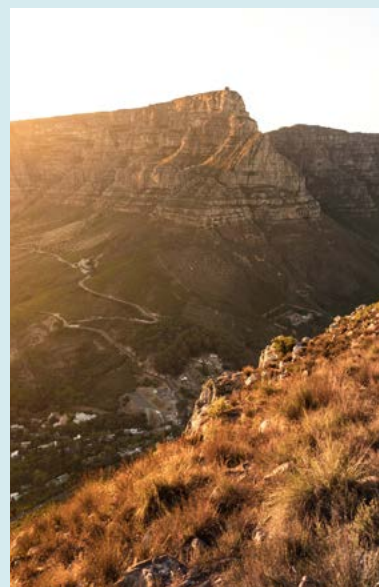


## CAIXA 11

Em julho de 2017, a **Cidade do Cabo** emitiu um **Green Bond** no valor de 1.000 milhões ZAR (76 milhões USD)<sup>34</sup>. Para isso, usou os serviços de um intermediário adequadamente qualificado para comercializar o título e registá-lo na Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE). A reação do mercado foi considerada muito positiva, pois em duas horas, 29 investidores fizeram ofertas no valor total de 4,3 mil milhões ZAR em resposta ao valor inicial dos títulos que era de mil milhões ZAR colocados em leilão.

Os projetos a financiar por esse green bond são, em parte, iniciativas de adaptação e mitigação, consideradas pelos padrões do organismo de certificação, a Climate Bonds Initiative (CBI), e estão alinhadas com a Estratégia sobre Mudanças Climáticas da cidade. Entre os projetos, incluem-se: a aquisição de autocarros elétricos, medidas de eficiência energética em edifícios municipais, iniciativas para gestão da água, tratamento e reabilitação de efluentes de esgotos e reabilitação e proteção de estruturas costeiras.

Para obter mais informações sobre o Green Bond da Cidade do Cabo, consultar a publicação: *"Financing Climate and Energy Action in African Cities"*, CoM SSA, 2019



Cape Town, South Africa

- **Mecanismos Regionais de Financiamento Conjunto (SPFMs)** oferecem aos governos locais e regionais encargos e características de crédito semelhantes, fora do âmbito e da escala financeiros, especialização e histórico de crédito para aceder aos mercados de crédito por conta própria<sup>35</sup> com acesso conjunto aos mercados de capitais privados (bancos de financiamento e títulos) e financiamento do sector público em condições vantajosas. É um mecanismo particularmente interessante para governos locais de cidades intermediárias cujas necessidades individuais de investimento não atingem o nível de mercado esperado e só podem fazê-lo em conjunto. No entanto, os SPFMs estão previstos apenas para cidades que operam em contexto legal, regulador e monetário semelhante e, portanto, são principalmente para cidades no mesmo país ou região, como a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).



## CAIXA 12

Em África, **Quênia** e **África do Sul** usaram Mecanismos de Financiamento Conjunto para garantir financiamento através de créditos e títulos bancários. Em muitos países em desenvolvimento, os fundos conjuntos usam garantias parciais de crédito, como as **garantias parciais de crédito da USAID**, para ganhar a confiança do mercado. Um exemplo desta solução é o fundo conjunto K-Rep no Quênia.

Apesar de algum sucesso num pequeno número de países, a expansão dos SPFMs não ocorreu devido a limitações específicas nas estruturas legais e financeiras nacionais e à falta de capacidade de crédito da maioria dos governos locais.

É importante observar, no entanto, que o acesso a instrumentos de financiamento varia entre países e contextos na África Subsariana. Embora o envolvimento do sector privado seja crucial para diminuir o défice de financiamento para projetos climáticos regionais, para isso, os governos locais devem provar sua capacidade (ou seja, suas competências) para elaborar, preparar e operacionalizar projetos de acordo com os padrões aplicados pelo sector privado. Isso é necessário para permitir que se tornem economicamente viáveis. Na África Subsariana, poucas cidades são consideradas com capacidade de crédito e, portanto, são incapazes de emitir títulos ou garantir empréstimos de capital. Estruturas reguladoras e de investimento fracas para empréstimos do governo local adicionam uma camada a essa incapacidade de aceder a mercados de crédito que, em última análise, limitam ou impedem o investimento do sector privado.

### 4.3.2 Parcerias Público-Privadas

Além das transferências intergovernamentais e da produção de receita municipal<sup>36</sup>, as PPPs são um dos mecanismos financeiros mais apropriados para os governos locais mobilizarem financiamento a curto prazo. Na África Subsaariana, o financiamento total para PPPs de infraestruturas aumentou de 40 milhões USD em 1990 para 174.5 mil milhões USD em 2017, com a África do Sul e a Nigéria a liderarem no número e no valor dos negócios, seguidas pelo Quênia, Uganda, Ruanda e Tanzânia<sup>37</sup>.

Numa PPP, o sector privado proporciona infraestruturas ou serviços que tradicionalmente são fornecidos pelo sector público<sup>38</sup>. As PPPs viveram uma grande popularidade em todo o mundo no início dos anos 90, mas mais tarde mostraram resultados bastante decepcionantes devido a flutuações imprevistas das taxas de câmbio em moedas estrangeiras, reformas institucionais e de taxas, exigências de regulação que impõem subsídios em determinados serviços, a incapacidade de empresas privadas recuperarem investimentos apenas com taxas de utilização, falta de flexibilidade e de capacidade das empresas privadas internacionais para se adaptarem aos contextos locais em África e a crise financeira de 2008. No entanto, estão a ser explorados e testados novos modelos de PPPs, com um interesse crescente das cidades e do sector privado, para expandir o recurso a esses mecanismos, particularmente no que diz respeito a soluções inovadoras, como a produção de energia, iluminação pública, gestão de resíduos, etc.

De acordo com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), está a surgir um modelo de PPP de segunda geração com novas configurações que incluem diferentes tipos de parceiros (principalmente empresas locais) e que se baseia na qualidade dos contratos e nas relações de confiança e de longo prazo entre residentes, autoridades locais e seus parceiros do sector privado. As PPPs de segunda geração "parecem especialmente adequadas para a África Subsaariana, onde os governos locais geralmente permanecem relativamente fracos; o sector privado pouco desenvolvido e principalmente informal; e os moradores pobres, mal representados e ignorados<sup>39</sup>". As PPPs podem fortalecer significativamente a capacidade de um município para implementar projetos de resiliência climática, desde que os riscos sejam cuidadosamente considerados. São frequentemente geridos por uma unidade de PPP dedicada, dentro dos governos locais, que garante que os acordos cumprem os requisitos ou contextos locais e fornece apoio político, jurídico e técnico para a sua elaboração e implementação. Para serem justas e bem-sucedidas, as PPPs no contexto da África Subsaariana devem ser elaboradas para satisfazer as necessidades climáticas locais, atrair o interesse dos investidores e estar em linha com a capacidade governamental para as elaborar, disponibilizar e gerir.



#### CAIXA 13

O **iShack Project** do **Sustainability Institute Innovation Lab** do Instituto de Sustentabilidade (África do Sul)<sup>40</sup> é uma empresa social desenvolvida em 2013 para fornecer energia solar fora da rede aos residentes de instalações informais em Stellenbosch (África do Sul). Até agora, mais de 1.600 residentes receberam sistemas domésticos solares e formação do Instituto Sustentável para instalar e proceder à manutenção do serviço.

O projeto recebeu investimentos iniciais da Fundação Bill e Melinda Gates e do Fundo Verde nacional. No entanto, o seu modelo de negócios depende de uma PPP, dado que, desde a sua implementação, os seus custos de funcionamento a longo prazo são amplamente cobertos pelos utilizadores finais, juntamente com subsídios do Município de Stellenbosch, que fornece um subsídio de "Eletricidade básica gratuita" para benefício de cada agregado familiar participante no regime.

Para obter mais informações sobre o modelo iShack, consultar a publicação: *"Financing Climate and Energy Action in African Cities"*, CoM SSA, 2019.

### 4.3.3 Apreensão do valor do terreno

A apreensão do valor do terreno ou o financiamento baseado no terreno é pressuposto no reconhecimento de que os proprietários e empreendedores beneficiam do valor crescente do terreno e estão dispostos a pagar por esses ganhos. Os governos locais usam uma vasta gama de ferramentas e instrumentos de planejamento para a apreensão do crescente valor do terreno e, assim, recolher rendimentos para o investimento urbano. Isto requer um investimento direto dos empreendedores ou o uso do fluxo de rendimentos para suportar o financiamento necessário para projetos de investimento maiores<sup>41</sup>.



#### CAIXA 14

Em **Adis Abeba, Etiópia**, todos os terrenos são propriedade do governo nacional e geridos pela Administração da Cidade de Adis Abeba. Os terrenos tratados são alugados a empreendedores e instituições públicas através de alocação direta ou leilão.

A alocação direta refere-se a um procedimento pelo qual o terreno é transferido para a construção de edifícios ou infraestruturas de interesse público, como edifícios da administração governamental, locais de culto e projetos de habitação comunitária, entre outros. Através da alocação, o terreno é oferecido a um preço reduzido, entre duas e sete vezes inferior aos preços oferecidos em leilão<sup>42</sup>. Através de leilão, o terreno é oferecido para licitação pública com base em critérios estabelecidos pelo estado. Menos de 10% dos terrenos tratados em Adis Abeba são leiloados<sup>43</sup>.

Devido a mecanismos de financiamento baseados no terreno como estes, a escala contínua de renovação urbana em Adis Abeba não tem precedentes, com seis por cento da receita total da cidade decorrente do arrendamento de terrenos<sup>44</sup>. Embora esta prática possa recolher benefícios, também podem surgir certas exterioridades negativas devido à quantidade limitada de terrenos úteis e a lacunas na capacidade técnica e profissional da cidade para os tratar.

O caso de Adis Abeba, no entanto, é único principalmente por causa dos terrenos pertencentes ao estado. Harare e Nairobi proporcionam mais exemplos deste tipo de financiamento na África Subariana. Embora as aplicações de financiamento baseado no terreno na África Subariana se refiram principalmente às infraestruturas gerais, o potencial para incorporar componentes climáticos também é enorme.

Além dos mecanismos de financiamento mencionados anteriormente, as cidades e os governos locais podem usar várias outras estratégias para atrair recursos financeiros adicionais. Algumas delas estão listadas a seguir:

- **O financiamento coletivo** é baseado nos esforços individuais para apoiar iniciativas ou projetos de outras pessoas investindo aí pequenas somas de dinheiro. Os recursos de financiamento coletivo usam a Internet para expor os projetos. Podem assumir a forma de doações, ações ou dívidas.
- **Um orçamento participativo** é uma ferramenta que envolve diretamente os cidadãos nas decisões de orçamento local, permitindo que tenham uma opinião sobre como as políticas locais são moldadas e os recursos são alocados. Observou-se que os projetos selecionados através do orçamento participativo atraem mais capital, dado que os doadores e investidores têm a garantia do apoio dos utilizadores.
- **Os fundos rotativos** usam pagamentos de empréstimos anteriores e novos fundos para reabastecimentos periódicos.





## CAIXA 15

### Fundos rotativos locais

O município de Kasese, no Uganda, desenvolveu um fundo rotativo chamado "Fundo de Acesso a Energia". Este fundo de capital oferece aos moradores opções de pagamento acessíveis para comprar fogões de cozinha melhorados e painéis solares fotovoltaicos. O seu sucesso pode ser atribuído ao facto de permitir a compra em massa de Sistemas Domésticos Solares (SHSs), o que reduz os custos unitários, subsidiando parcialmente cada sistema. Os residentes pagam os seus SHSs ao longo do tempo por meio de microfinanças, o que elimina altos custos iniciais e, à medida que os sistemas são reembolsados, o fundo é reabastecido, possibilitando o financiamento de mais SHSs e organizações comunitárias.

### Modelos de financiamento coletivo na África Subsariana

Ainda que os modelos de financiamento coletivo estejam em desenvolvimento em África, podem ser mais utilizados pelas cidades africanas. Por exemplo, a SunExchange, uma empresa privada sediada na África do Sul, facilita o financiamento coletivo de instalações solares fotovoltaicas. A SunExchange oferece aos investidores a oportunidade de comprar apenas uma única célula solar fotovoltaica, a um custo de cerca de 80 ZAR (5 EUR). A energia solar é depois vendida a escolas, empresas ou supermercados para gerar receitas. A propriedade do sistema reside no grupo de investidores, sendo cada investidor reembolsado de acordo com a sua parcela de células solares. A SunExchange cobra uma taxa marginal pela instalação, manutenção e facilitação de pagamentos.

Para obter mais informações sobre modelos inovadores desenvolvidos pelas cidades da África Subsariana, consultar a publicação: "Financing Climate and Energy Action in African Cities", CoM SSA, 2019.

## 4.4 OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA CIDADES SUBSARIANAS E GOVERNOS LOCAIS



Várias iniciativas geridas por vários tipos de instituições em todo o mundo também podem oferecer opções e oportunidades para cidades e governos locais na África Subsariana para apoiar o financiamento dos seus projetos climáticos. Por exemplo, em 2017, a Aliança de Liderança para o Financiamento Climático das Cidades (CCFLA) conduziu um estudo de mapeamento de iniciativas de financiamento climático pelos seus 50 membros e descobriu que das 90 iniciativas listadas, quase um quarto (22.2%) foi dedicado às cidades subsarianas e governos locais. No entanto, o estudo não se aprofunda nos vários requisitos e critérios de elegibilidade para as cidades se envolverem neste tipo de apoio.

Os dados recolhidos no atual estudo de mapeamento serão, portanto, usados para fornecer uma visão geral e informações sobre os principais critérios de elegibilidade (particularmente os exigidos por investidores privados) para as cidades e governos locais subsarianos acederem ao apoio financeiro de vários tipos de instituições e parceiros.

De um modo geral, instituições do sector público, como agências bilaterais e multilaterais e instituições de financiamento do desenvolvimento, examinam a natureza do projeto e as necessidades mais urgentes do beneficiário, para alocar o financiamento.

#### 4.4.1 A natureza do projeto financiado

As cidades e os governos locais devem poder demonstrar que o projeto/programa a ser financiado é de benefício geral para o seu território, para as partes interessadas e, acima de tudo, para os seus cidadãos, com base nas suas necessidades e urgências expressas. Também necessitam demonstrar que isso contribui fortemente para a consecução dos ODS e, se possível, para os NDCs. Finalmente, devem poder demonstrar um potencial benefício climático comum, seja em relação às medidas de adaptação ou de mitigação. Mais importante ainda, o líder do projeto deve explicar a sustentabilidade financeira do projeto e a forma como será financiado.

Para beneficiar de uma subvenção, o requerente geralmente precisa de acentuar pelo menos um de dois focos específicos:

- Um foco local – o projeto de investimento deve ter um efeito indireto no desenvolvimento económico local e na mobilização de agentes locais.
- Um foco nacional – o projeto de investimento deve desenvolver um conhecimento nacional existente, contribuir para o desenvolvimento do país/cidade beneficiário ou contribuir para a influência nacional em termos de diplomacia económica, ecológica ou política.

Embora também sejam consideradas pelas instituições do sector público, estes requisitos de financiamento são um critério importante para a maioria das instituições financeiras do sector privado, que tendem a considerar os indicadores de risco-retorno com mais cuidado.

#### 4.4.2 Os requisitos para financiamento externo

Em geral, o financiamento externo habitualmente não excede 30% do custo total do projeto, embora este número dependa muito do tipo de financiamento (dívida, ações, doações) e das suas fontes. O empréstimo médio varia de 300.000 a um milhão EUR e pode chegar a 10 milhões por cidade. O proprietário do projeto ou o governo local devem ser capazes de fornecer informações básicas sobre o projeto, descrever o seu nível de preparação, incluindo a sua prontidão técnica e custos e provar um reembolso financeiro plurianual. Deve ser levado em consideração o efeito de altos custos de transação, que podem aumentar até uma escala mínima do projeto.

Vários fundos podem ampliar os seus critérios de financiamento para:

- Pequenos projetos fortemente focados nos objetivos políticos do fundo ou naqueles que contribuem para o desenvolvimento de uma inovação específica.
- Projetos que apresentam um perfil de risco mais alto em comparação com políticas clássicas de investimento ou projetos implementados numa região que apresenta um nível de exposição a choques graves (endógenos ou exógenos).

Relativamente aos investidores privados, as cidades também devem estar cientes e ter capacidade para distinguir entre investidores comerciais e institucionais e as suas respetivas expectativas. Os investidores comerciais, como bancos e empresas de *private equity*, têm horizontes de reembolso mais curtos e estão dispostos a investir em projetos que já abordaram riscos na fase inicial, juntamente com retornos mais elevados. Os investidores institucionais têm um perfil de risco-retorno menor e são atraídos para projetos com fluxos de caixa fiáveis a longo prazo que correspondem às suas obrigações de longo prazo<sup>45</sup>. Para atrair esse financiamento, as cidades e os governos locais devem priorizar o trabalho com governos nacionais, instituições financeiras intermediárias e outras partes interessadas nas medidas iniciais de preparação de projetos climáticos que diminuam o risco de investimento e, em última análise, que aumentem os retornos.

## 5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES-CHAVE PARA CIDADES E GOVERNOS LOCAIS SUBSARIANOS



Embora as opções de financiamento para implementar os SEACAPs e as infraestruturas climáticas em geral estejam amplamente disponíveis, as respetivas condições de participação, elegibilidade e critérios específicos limitam o número de cidades subsarianas que podem envolvê-los com sucesso. Além disso, poucas das oportunidades financeiras apresentadas aqui estão diretamente acessíveis aos governos locais, pois a maioria exige o envolvimento de entidades intermediárias, como governos nacionais ou regionais ou instituições financeiras.

A dificuldade que os governos locais enfrentam para garantir o acesso ao financiamento é um indicador que precisa ser levado em consideração, principalmente pelos governos nacionais, pois ilustra a necessidade de desenvolver e/ou reforçar mecanismos para catalisar o financiamento climático e canalizá-lo para as cidades. Isto teria não apenas impactos climáticos significativos, mas também reduziria a pobreza. A nível nacional, deve ser criado um ambiente político e regulador favorável ao envolvimento do sector privado para o atrair, particularmente em ações de mitigação do clima. Finalmente, os governos nacionais também precisam de apoiar os governos locais através de financiamento interno, como readjuicações do orçamento nacional, o estabelecimento de fundos climáticos nacionais dedicados e o fornecimento de instrumentos de redução de riscos, como seguros e financiamento de garantia para projetos locais, entre outros. Para ligar o elo perdido na cadeia de valor do financiamento climático local, as instituições intermediárias nacionais, como os Bancos Regionais de Desenvolvimento (SDBs), devem ser fortalecidas. Já presentes na África Subsariana<sup>46</sup>, foram elaborados para satisfazer as necessidades específicas de todos os governos locais e aproveitar oportunidades domésticas de estruturação de investimentos locais e transformação do cenário financeiro para a implementação do Acordo de Paris.

Os parceiros de desenvolvimento e a comunidade internacional também têm um papel a desempenhar na procura de programas adicionais de assistência técnica que se concentrem na melhoria da capacidade dos governos locais para a elaboração, preparação e implementação de projetos e no planeamento e operacionalização das ações climáticas, na gestão de infraestruturas e na prestação de serviços e na realização do planeamento do capital de investimentos.

Com o apoio de governos nacionais, parceiros de desenvolvimento e comunidade internacional, os governos locais da África Subsariana irão aumentar o seu acesso às opções de financiamento disponíveis, embora precisem trabalhar de maneira consistente com parceiros de todos os sectores, particularmente nas áreas de: **preparação de projetos, elaboração e planeamento de políticas locais e uso de abordagens inovadoras de financiamento climático.**

- A preparação do projeto e o apoio ao desenvolvimento de competências das cidades estão amplamente disponíveis e os governos locais precisam trabalhar de mãos dadas com os prestadores de assistência técnica para garantir que os seus esforços nesse sentido são sustentáveis. A preparação do projeto não serve apenas como um facilitador essencial no processo de entrega de uma linha de projetos, mas também para agregar esforços e compromissos de cooperação de uma vasta gama de partes interessadas. A competência e capacidade dos governos locais é altamente dependente da contratação dos seus responsáveis técnicos e financeiros. Em muitos casos, os responsáveis técnicos e financeiros locais são próximos do presidente da câmara municipal em exercício e, portanto, a sua contratação está sujeita a ciclos eleitorais e administrações políticas. Os responsáveis locais que receberam a preparação do projeto e a formação de competências não permanecem por períodos longos nos seus cargos, apesar do período de transição e a transferência dos responsáveis geralmente não é eficaz nem eficiente. Os governos locais devem, portanto, estabelecer sistemas e processos que garantam que as competências de preparação do projeto são adequadamente partilhadas e transferidas para os recursos humanos relevantes ao longo do tempo. Apenas então poderão desenvolver a capacidade de cumprir os requisitos, padrões e procedimentos das fontes de financiamento, desenvolver projetos economicamente viáveis e absorver com sucesso o apoio financeiro necessário.

- Os governos locais também precisam de operacionalizar ações relacionadas com os compromissos nacionais e os signatários da CoM SSA devem cumprir os seus compromissos com o Pacto Global de Autarcas integrando sistematicamente questões de mudanças climáticas nas suas políticas e regulamentos e nas suas atividades de planeamento e design. Da mesma forma, devem contabilizar os custos do planeamento das ações climáticas e da construção de infraestruturas climáticas nos seus orçamentos. Além da dependência de ajuda e doações estrangeiras, é claro que isso implicará uma combinação de fontes de financiamento municipais, como receitas locais, transferências intergovernamentais, acordos de partilha de riscos, fundos dedicados de adaptação e, no decurso do tempo, acesso aos mercados domésticos de capitais de dívida através da emissão de títulos municipais, infraestruturas ou *green bonds*, por exemplo.
- Contando com políticas sólidas e estruturas reguladoras estabelecidas pelos governos nacionais, os governos locais da África Subsariana, particularmente nas economias mais avançadas, também devem começar a analisar abordagens baseadas no mercado e expandir o uso de ferramentas e mecanismos inovadores de financiamento climático para aumentar o capital, especialmente para ações de mitigação do clima, com um histórico eficaz de negócios, aproveitando o potencial do sector privado para disponibilizar investimentos climáticos. Vários destes mecanismos inovadores de financiamento, como SPFMs, *green bonds*, financiamento baseado no terreno, financiamento coletivo e orçamento participativo, entre outros, já estão a ser utilizados.

Em todos estes esforços, os governos locais subsarianos também podem aprender com outros governos locais da região, ligando-se a associações e redes de cidades, aprendizagem entre pares ou acordos de cooperação cidade-a-cidade.

Por fim, qualquer governo local com boas práticas de organização, sistemas de planeamento sólidos e receitas adequadas terá sempre mais sucesso nas suas ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas do que uma cidade com fraca liderança, planeamento e recursos. Conclui-se que, além de qualquer objetivo de resiliência climática, o objetivo das iniciativas de adaptação e mitigação deve sempre ser melhorar o funcionamento geral de uma cidade<sup>47</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

African Development Bank Group, 2018. África não deve ser modificada pelo financiamento climático, diz painel de especialistas no COP24. Disponível em: <https://www.afdb.org/fr/news-and-events/africa-must-not-be-short-changed-by-climate-finance-says-expert-panel-at-cop24-18884>

African Development Bank Group. Data Portal. Afrique du Sud – Projet sur les énergies renouvelables d'Escom. Disponível em: <https://projectsportal.afdb.org/dataportal/VProject/show/P-ZA-F00-004>

Barnard, S., 2015. How can international climate funds best support low-carbon and climate resilient urban development?, in Climate Finance for cities, working paper 419. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9660.pdf>

Barnard, S., Nakhouda, S., and Nassiry, D., 2016. Report. Finding the pipeline, project preparation for sustainable infrastructure. 39p. Disponível em : <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11075.pdf>

Barnard, S., Watson, C. and Schalatek, L., 2016. Climate finance regional briefing: Sub-Saharan Africa. Washington DC: World Bank. Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10612-climate-finance-regional-briefing-sub-saharan-africa>

Bassini, E. and Giordano, M., 2019. Climate Change and Africa's Future, in Governance in an emerging world, Winter Series, Issue 119. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/climate-change-and-africas-future>

Berrisford, S., Rose, L., and Palmer, I., 2018. Land-based financing in sub-Saharan African cities. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956247817753525>

B. Kwemo, A., 2017. Making Africa great again: reducing aid dependency, in Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2017/04/20/making-africa-great-again-reducing-aid-dependency/>

European Union., 2019. Summaries of the EU External Investment Plan Guarantees, 37p. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/181213-eip-28-guarantees-brochure-final.pdf>

Global Fund for Cities Development., 2015. The Potential Catalytic Role of Subnational Pooled Financing Mechanisms, 28p. Disponível em: [http://admin.fmdv.net/Images/Publications/41/FMDV\\_Policy%20Paper\\_%20SPFM%20ENG.pdf](http://admin.fmdv.net/Images/Publications/41/FMDV_Policy%20Paper_%20SPFM%20ENG.pdf)

Global Fund for Cities Development., Cities Climate Finance Leadership Alliance., UN Environnement., 2017. Localizing Climate Finance. Mapping Gaps and Opportunities, Designing Solutions, 64p. Disponível em: <http://www.citiesclimatefinance.org/wp-content/uploads/2017/11/CCFLA-mapping-report-2017-final-light.pdf>

Green Climate Fund., 2019. Status of the GCF portfolio : approved projects and fulfilment of conditions. 32p. Disponível em: [https://www.greenclimate.fund/documents/20182/1424894/GCF\\_B.22\\_Inf.07\\_-\\_Status\\_of\\_the\\_GCF\\_portfolio\\_\\_approved\\_projects\\_and\\_fulfilment\\_of\\_conditions.pdf/8e18bb34-02b8-6f23-a261-c1f7bcb46499](https://www.greenclimate.fund/documents/20182/1424894/GCF_B.22_Inf.07_-_Status_of_the_GCF_portfolio__approved_projects_and_fulfilment_of_conditions.pdf/8e18bb34-02b8-6f23-a261-c1f7bcb46499)

International Institute for Environment and Development (IIED). "Financing inclusive low-carbon resilient development in the least developed countries." Working Paper. 2015. Disponível em: <http://pubs.iied.org/10147IIED/?k=bangladesh&p=2>

Jesse, G. and Madden, P., 2019. Figures of the week: Africa's infrastructure needs are an investment opportunity, in Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/06/27/figures-of-the-week-africas-infrastructure-needs-are-an-investment-opportunity/>



Lyons, J., 2014. Foreign aid is hurting, not helping Sub-Saharan Africa, in Le journal international. Disponible em: [https://www.lejournalinternational.fr/Foreign-aid-is-hurting-not-helping-Sub-Saharan-Africa\\_a2085.html](https://www.lejournalinternational.fr/Foreign-aid-is-hurting-not-helping-Sub-Saharan-Africa_a2085.html)

OECD, 2016. African Economic Outlook: Sustainable Cities and Structural Transformation in Africa. Organisation for Economic Cooperation and Development. Disponible em: [www.africaneconomicoutlook.org/](http://www.africaneconomicoutlook.org/)

Palermo, V., & al, 2018. Guidebook. How to develop a Sustainable Energy Access and Climate Action Plan (SEACAP) in Sub-Saharan Africa, European Commission, Ispra, 254p. Disponible em: [http://comssa.org/wp-content/uploads/2019/03/JRC113786\\_guidebookcom\\_ssa-extendedfebruary2019.pdf](http://comssa.org/wp-content/uploads/2019/03/JRC113786_guidebookcom_ssa-extendedfebruary2019.pdf)

Paulais, T., 2012. Financing Africa's cities: the imperative of local investment, L'Afrique en développement, 378P. Disponible em: <https://www.afd.fr/en/financing-africas-cities-imperative-local-investment>

Spence, M., Annez, P. and Buckley, R., 2009. Urbanization and Growth: Commission on Growth and Development. World Bank, Washington DC. OECD, 2016. African Economic Outlook

The Cities Climate Finance Leadership Alliance, 2015. The state of city climate finance, 65p. Disponible em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2201CCFLA-State-of-City-Climate-Finance-2015.pdf>

The Global Green Growth Institute, 2016. Bridging the Climate Financing Gap with Innovative Financial Mechanisms, 27p. Disponible em: [http://gggi.org/wp-content/uploads/2017/03/Mind-the-Gap\\_web.pdf](http://gggi.org/wp-content/uploads/2017/03/Mind-the-Gap_web.pdf)

UN-Habitat, 2014. The State of African cities 2014. Nairobi: UN-Habitat, 273p. Disponible em: [https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/references/the-state-of-african-cities-2014\\_re-imagining-sustainable-urban-transitions-un-habitat-2014.pdf](https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/references/the-state-of-african-cities-2014_re-imagining-sustainable-urban-transitions-un-habitat-2014.pdf)

UNDESA, 2018. 2018 Revision of World Urbanization Prospects. United Nations Department for Economic and Social Affairs. Disponible em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>

USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponible em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)

Venugopal, S. and Srivastava, A., 2012. Glossary of financing instruments, World Resources Institute. Disponible em: [https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/pdf/glossary\\_of\\_financing\\_instruments.pdf](https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/pdf/glossary_of_financing_instruments.pdf)

World Bank, 2010. Boost initiative. Disponible em: <http://boost.worldbank.org/boost-initiative>

World Bank, 2017. Why we need to close the infrastructure gap in Sub-Saharan Africa, in Africa's Pulse 15, Washington, DC: World Bank. Disponible em: <https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/why-we-need-to-close-the-infrastructure-gap-in-sub-saharan-africa>

# ANEXOS

## Anexo 1 – Metodologia de mapeamento

### 1. Desenvolvimento da matriz

O desenvolvimento da matriz foi inicialmente realizado por meio de revisões escritas nos estudos de mapeamento existentes, desenvolvidos anteriormente pelo FMDV – Global Fund for Cities Development (Fundo Global para o Desenvolvimento das Cidades) e que são os seguintes:

- "Localizing Climate Finance, Mapping Gaps and Opportunities, Designing Solutions" (novembro, 2017)
- "Mapping Finance for Community Land Trusts in the North West European Region" (outubro, 2018)
- "National-Subnational Climate Finance: Country Profiling – Kingdom of Morocco & Hashemite, Kingdom of Jordan" (dezembro, 2018)
- "Mapping of Climate Finance Actors and Flows in Morocco and Integration in the Subnational Level" – relatório interno (abril, 2019)

A base de dados Climate Finance Explorer da NDC também foi consultada no desenvolvimento da matriz.

### 2. Desenvolvimento do questionário

Foi preparado um pequeno questionário (Anexo 1) para recolher informações de parceiros e de partes interessadas relevantes. O questionário segue uma estrutura e moldura semelhantes à matriz e está dividido nas quatro secções principais seguintes:

- Informações básicas sobre a ferramenta e o instrumento financeiro e a instituição gestora
- Modalidade de acesso a ferramentas e instrumentos de financiamento e critérios de elegibilidade para governos locais
- Relevância para os três pilares do CoM SSA
- Contactos principais e outras informações úteis

O questionário foi distribuído em 6 de agosto de 2019 aos principais parceiros e instituições identificados pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CEMR), ICLEI e Fundo Global para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV). Foi concedido um prazo de três semanas para os entrevistados enviarem as suas respostas.

Das 16 instituições contactadas (em alguns casos, foram contactadas várias equipas na mesma instituição ou várias instituições na mesma iniciativa financeira), responderam 12 representantes de equipa. Os questionários preenchidos foram enviados pelos seguintes tipos de organizações:

- 6 bancos de desenvolvimento multilateral
- 1 ONG/Fundação/Organização de pesquisa
- 4 agências da ONU
- 1 mecanismo de financiamento
- 1 associação de governo local e regional

A lista completa de parceiros e instituições que responderam pode ser encontrada no Anexo 2.

### 3. Entrevistas telefónicas

Para complementar as respostas aos questionários e à pesquisa secundária, foram realizadas as seguintes entrevistas telefónicas:

- UNCDF, LoCAL – Sophie de Coninck, Diretora Global LoCAL
- Comissão Europeia, Plano de Investimento Externo (EIP), Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEIE) – Marc Tissot Favre, Secretariado do EIP EFSD
- Garantias parciais de risco do Banco Africano de Desenvolvimento – Mbaye Gueye, Divisão de Serviços Técnicos Financeiros

As perguntas específicas dessas entrevistas estão detalhadas no Anexo 3.



#### 4. Âmbito do estudo de mapeamento

Considerando a lógica deste exercício, o mapeamento possui os seguintes três principais critérios inerentes, estabelecidos para definir claramente as ferramentas e instrumentos a incluir:

- O mapeamento considera apenas oportunidades de financiamento atuais e disponíveis e instrumentos de financiamento diretamente acessíveis aos governos locais. Não inclui as oportunidades que já perderam a validade, nem abrange as que ainda serão lançadas publicamente.
- Oportunidades de financiamento e instrumentos de financiamento oferecidos por parceiros externos que visam o nível local e estão diretamente disponíveis e acessíveis às cidades e governos locais da África Subariana. Embora esses instrumentos sejam os principais destaques do mapeamento, também são listados aqueles que estão igualmente disponíveis para as cidades através de um intermediário (como um governo nacional ou regional ou uma instituição financeira).
- As oportunidades de financiamento e os instrumentos de financiamento incluídos no estudo de mapeamento estão todos alinhados com os pilares do CoM SSA. Têm uma forte componente de adaptação e/ou mitigação às mudanças climáticas e consideram o acesso a energia limpa, segura e acessível<sup>48</sup>. Embora não sejam necessariamente orientados para o financiamento dos SEACAPs, as ferramentas e instrumentos incluídos no mapeamento são direcionados para o financiamento de infraestruturas urbanas de baixo carbono e resilientes ao clima.

As iniciativas inicialmente identificadas pelo CEMR que não cumpriam os critérios estão listadas no Anexo 4.

### Anexo 2 – Questionário sobre as oportunidades de financiamento e instrumentos financeiros existentes para as cidades e governos locais da África Subariana desenvolverem e implementarem Planos de ação para o Acesso a Energia Sustentável e Clima (SEACAPs)

#### I. Informações básicas sobre a ferramenta e o instrumento financeiro e a instituição gestora

1. Nome do instrumento
2. Nome da instituição liderante
3. Tipo de instituição líder ou gestora
  - a. Banco Multilateral e de Desenvolvimento
  - b. ONG/Fundação/Pesquisa
  - c. Investidor Provado/Seguro
  - d. Agência da ONU
  - e. Entidade governamental
  - f. Banco comercial
  - g. Outro
4. Se aplicável, outros parceiros-chave ou instituições implementadoras envolvidas na ferramenta ou instrumento financeiro.
5. Quando foi lançada a ferramenta ou instrumento financeiro pela sua? Especifique a data de termo, se aplicável.
6. Principais objetivos da ferramenta ou instrumento financeiro
7. Tipo de ferramenta(s) ou instrumento(s) financeiro(s)
  - a. Subvenção (assistência técnica, desenvolvimento e implementação de projetos, programas de abrandamento de empréstimos)
  - b. Empréstimo (concessionado, microcrédito, sem juros, direto, taxa de mercado, corporativo)
  - c. Garantia e Seguros
  - d. Títulos (green bonds, impacto social)
  - e. Ações (investimentos diretos em ações, fundos de private equity, fundos de capital de risco)
  - f. Dívida de longo prazo
  - g. Doações
  - h. Outro
8. Qual é a dimensão da ferramenta ou instrumento financeiro (capitalização total ou valor máximo de financiamento por cidade)?



## II. Acessibilidade às cidades

9. Quais são os critérios de elegibilidade (por exemplo, em termos de tamanho da cidade, capacidade de crédito da cidade, disponibilidade de garantias, co-financiamento necessário, etc.) para que as cidades tenham acesso à ferramenta ou instrumento financeiro?
10. Se aplicável, a ferramenta ou instrumento têm um âmbito regional ou um foco geográfico?
  - a. África Ocidental
  - b. África Oriental
  - c. África Central
  - d. África Austral
  - e. País específico, especifique.
  - f. Outro
11. Descreva resumidamente o processo de candidatura e a forma como a ferramenta ou instrumento financeiro funcionam.

## III. Relevância para os pilares CoM SSA

12. Que sectores a ferramenta ou instrumento de financiamento abrangem?
  - a. Energia
  - b. Água e Saneamento
  - c. Resíduos
  - d. Transportes
  - e. Habitação
  - f. Agricultura
  - g. Rural
  - h. Floresta e REDD+
  - i. Indústria/Processos industriais
  - j. Uso da terra
  - k. Recursos Costeiros/Oceanos
  - l. Adaptação ao Ecosistema
  - m. Outro
13. Qual é ou quais são os objetivos climáticos da ferramenta ou instrumento?
  - a. Adaptação às mudanças climáticas
  - b. Mitigação das mudanças climáticas
  - c. Ambos

## IV. Outras informações úteis

14. Se aplicável, forneça exemplos importantes de projetos locais financiados ou com dotação de fundos pela ferramenta ou instrumento.
15. Indique o(s) contacto(s) relevante(s) e qualquer informação (website, documentos relevantes, etc.) que considere úteis para as cidades e os governos locais.

### Anexo 3 – Lista completa de parceiros e instituições entrevistados

Nome da Iniciativa	Instituição Líder ou Gestora	Principal entrevistado	Designação
Mecanismo de Vida Adaptável ao Clima Local	UNCDF	Sophie de Coninck	Diretora LoCAL
Fundo de Investimento Municipal Internacional	UCLG	Serge Allou	Consultor Técnico
Plano de Investimento Externo e Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (PEI)	Comissão Europeia	Neven Mimica	Comissário para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional
Iniciativa Cidades e Mudanças Climáticas na África Subariana (CICLIA)	AFD e UE	Audrey Chenevoy	Responsável de projetos
Programa de Ações Transformadoras (TAP)	ICLEI	Maryke van Staden	Diretor do Centro de Bona para Ação e Relatórios sobre o Clima Local (CarBonn Center) e Gestor da Agenda da Cidade de Baixo Carbono do ICLEI
Mecanismo Global para o Meio Ambiente (GEF)	Banco Mundial	–	–
Programa de Pequenas Doações	Mecanismo Global para o Meio Ambiente (GEF) e Programa de Desenvolvimento da ONU (UNDP)	–	–
Cooperação Técnica	UN Habitat	Marco Kamiya	Chefe da Secção de Economia e Finanças Urbanas
Iniciativa para o Oceano Limpo	AfD, EIB, KfW	Klaus Gihl	Chefe de Divisão
Empréstimos	EIB	–	–
Empréstimos	AFD	–	–
Produtos de empréstimo, garantia, distribuição, gestão de riscos	Banco de Desenvolvimento Africano	–	–

## Anexo 4 – Questionário de estrutura de entrevista por telefone

1. Verifique se alguma resposta/informação do mapeamento precisa de precisão/esclarecimento
2. Na sua opinião, quais são os principais ativos do fundo/iniciativa?
3. Quais são as principais dificuldades encontradas?
4. Qual o nível de envolvimento/despesas até agora (em termos de percentagem do orçamento total e em termos de projeto apoiado na África Subsaariana)?
5. Atualmente, quais são as perspectivas atuais do fundo/iniciativa (nova chamada para propostas, prazos, evolução, novos programas)?
6. Tem algo a acrescentar, especialmente referente às cidades subsaarianas em mente?

## Anexo 5 – Iniciativas excluídas

Nome da Iniciativa	Instituição Líder ou Gestora	Razão para a Exclusão
A Plataforma de Investimento no Bairro (NIP)	Comissão Europeia	Não cobre a África Subsaariana
Maximização do Financiamento para o Desenvolvimento (MFD)	Banco Mundial	Não é mecanismo ou fundo de financiamento
O Plano de Negócios para o Clima de África	Banco Mundial	A conclusão dos projetos é obtida através de fluxos financeiros geridos diretamente pelo banco (ou seja, IDA, IBRD) e alguns fundos trust (GEF, GFDRR, financiamento de carbono)
Fundos de Investimento Climático	Banco Mundial	Não dedicado a cidades
Contrato de Redução da Dívida-Desenvolvimento (C2D)	Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	Ferramenta usada para reestruturar a dívida de certos países, não cidades
AGREENFI	Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	Apenas sectores rurais e agrícolas
Política Sectorial de Infraestruturas Municipais e Ambientais	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD)	Não cobre a África Subsaariana

## Anexo 6 – Opções de financiamento diretamente disponíveis e acessíveis aos governos locais subsaarianos

Empréstimos AFD

- Empréstimos EIB
- CICLIA (AFD)
- Fundo de Paz e Resiliência (MINKA, AFD)
- Mecanismo Financeiro C40 Cities (CFF)
- Fundo de Investimento Municipal Internacional – IMIF
- Fundo de Desenvolvimento Municipal e Urbano (UMDF)
- Programa de Ação Transformadora
- Iniciativa para o Oceano Limpo

## **Anexo 7 – Opções de financiamento dedicadas aos governos locais que só podem ser acedidas através de entidades intermediárias (ou seja, governos nacionais e instituições financeiras)**

- Fundo Global de Eficiência Energética e Energia Renovável (GEEREF)
- Fundo de Adaptação
- Mecanismo Global para o Meio Ambiente (GEF)
- Programa de Pequenas Doações
- Produtos de empréstimo, garantia, distribuição, gestão de riscos do Banco de Desenvolvimento Africano
- Cooperação Técnica
- Fundo de Mudanças Climáticas de África (ACCF)
- Mecanismo Francês para o Ambiente Global (FFEM)
- ARIZ (Apoio ao risco de financiamento de investimentos privados nas áreas de atuação da AFD)
- FP – vários programas liderados pelo GCF
- Programa de prontidão
- Mecanismo de financiamento climático
- Banco de Desenvolvimento Islâmico
- Rede de Mecanismos de Preparação de Projetos (PPFN)
- Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (EFSD) – (parte do Plano de Investimento Externo da UE, EIP)
- Plataforma de Investimento em África (AIP) – (parte do Plano de Investimento Externo da UE, EIP)
- Fundo para Transferências de Experiências e Especialização Técnica (FEXTE)
- Fundo de Estudo e Assistência do Sector Privado (FASEP)
- Mecanismo de financiamento das autoridades locais francesas (FICOL)
- Mecanismo de Vida Adaptável ao Clima Local (LoCAL)
- Programa de Financiamento de Investimentos Municipais (MIF)

## **Anexo 8 – Lista de iniciativas com informações recolhidas de revisões escritas**

- Plataforma de Investimento em África (AIP) (parte do Plano de Investimento Externo da UE, EIP)
- Fundo para Transferências de Experiências e Especialização Técnica (FEXTE)
- Fundo de Estudo e Assistência do Sector Privado (FASEP)
- Mecanismo de financiamento das autoridades locais francesas (FICOL)
- Fundo de Paz e Resiliência (MINKA)
- Mecanismo Financeiro C4D Cities (CFF)
- Programa de Financiamento de Investimentos Municipais (MIF)
- Fundo Global de Eficiência Energética e Energia Renovável (GEEREF)
- Fundo de Adaptação
- Fundo de Mudanças Climáticas de África (ACCF)
- Mecanismo Francês para o Ambiente Global (FFEM)
- ARIZ (Apoio ao risco de financiamento de investimentos privados nas áreas de atuação da AFD)
- FP – vários programas liderados pelo GCF
- Programa de prontidão
- Mecanismo de financiamento climático
- Banco de Desenvolvimento Islâmico
- Fundo Gap
- Rede de Mecanismos de Preparação de Projetos (PPFN)

## NOTAS FINAIS

1. UNDESA, 2018. 2018 Revision of World Urbanization Prospects. United Nations Department for Economic and Social Affairs. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>
2. UN-Habitat, 2014. The State of African cities 2014. Nairobi: UN-Habitat, 273p. Disponível em: [https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/references/the-state-of-african-cities-2014\\_re-imagining-sustainable-urban-transitions-un-habitat-2014.pdf](https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/references/the-state-of-african-cities-2014_re-imagining-sustainable-urban-transitions-un-habitat-2014.pdf)
3. OECD, 2016. African Economic Outlook: Sustainable Cities and Structural Transformation in Africa. Organisation for Economic Cooperation and Development. Disponível em: [www.africaneconomicoutlook.org/](http://www.africaneconomicoutlook.org/)
4. Spence, M., Annez, P. and Buckley, R., 2009. Urbanization and Growth: Commission on Growth and Development. World Bank, Washington DC. OECD, 2016. African Economic Outlook
5. Barnard, S., Watson, C. and Schalatek, L., 2016. Climate finance regional briefing: sub-Saharan Africa. Washington DC: World Bank. Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10612-climate-finance-regional-briefing-sub-saharan-africa>
6. Bassini, E. and Giordano, M., 2019. Climate Change and Africa's Future, in Governance in an emerging world, Winter Series, Issue 119. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/climate-change-and-africas-future>
7. African Development Bank Group, 2018. Africa must not be shorted-changed by climate finance, says expert panel at COP24. Disponível em: <https://www.afdb.org/fr/news-and-events/africa-must-not-be-short-changed-by-climate-finance-says-expert-panel-at-cop24-18884>
8. Barnard, S., Watson, C. and Schalatek, L., 2016. Climate finance regional briefing: sub-Saharan Africa. Washington DC: World Bank. Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10612-climate-finance-regional-briefing-sub-saharan-africa>
9. World Bank, 2017. Why we need to close the infrastructure gap in Sub-Saharan Africa, in Africa's Pulse 15, Washington,DC:WorldBank.Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/afp/publication/why-we-need-to-close-the-infrastructure-gap-in-sub-saharan-africa>
10. Ibid.
11. World Bank, 2010. Boost initiative. Disponível em: <http://boost.worldbank.org/boost-initiative>
12. World Bank, 2017. Why we need to close the infrastructure gap in Sub-Saharan Africa, in Africa's Pulse 15, Washington,DC:WorldBank.Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/region/afp/publication/why-we-need-to-close-the-infrastructure-gap-in-sub-saharan-africa>
13. Ibid.
14. Jesse, G. and Madden, P., 2019. Figures of the week: Africa's infrastructure needs are an investment opportunity, in Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/06/27/figures-of-the-week-africas-infrastructure-needs-are-an-investment-opportunity/>
15. Barnard, S., Nakhooda, S., and Nassiry, D., 2016. Report. Finding the pipeline, project preparation for sustainable infrastructure, 39p. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11075.pdf>
16. Global Fund for Cities Development., Cities Climate Finance Leadership Alliance., UN Environment., 2017. Localizing Climate Finance, Mapping Gaps and Opportunities, Designing Solutions, 64p Disponível em: <http://www.citiesclimatefinance.org/wp-content/uploads/2017/11/CCFLA-mapping-report-2017-final-light.pdf>
17. International Institute for Environment and Development (IIED). "Financing inclusive low-carbon resilient development in the least developed countries." Working Paper. 2015. Disponível em: <http://pubs.iied.org/10147IIED/?k=bangladesh&p=2>
18. Barnard, S., Watson, C. and Schalatek, L., 2016. Climate finance regional briefing: sub-Saharan Africa. Washington DC: WorldBank. Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10612-climate-finance-regional-briefing-sub-saharan-africa>
19. African Development Bank Group. Data portal. Afrique du Sud – Projet sur les énergies renouvelables d'Eskom. Disponível em: <https://projectsportal.afdb.org/dataportal/VProject/show/P-ZA-F00-004>
20. Ibid.



21. Green Climate Fund., 2019. Status of the GCF portfolio: approved projects and fulfilment of conditions. 32p. Disponível em: [https://www.greenclimate.fund/documents/20182/1424894/GCF\\_B.22\\_Inf.07\\_-\\_Status\\_of\\_the\\_GCF\\_portfolio\\_\\_approved\\_projects\\_and\\_fulfilment\\_of\\_conditions.pdf/8e18bb34-02b8-6f23-a261-c1f7bcb46499](https://www.greenclimate.fund/documents/20182/1424894/GCF_B.22_Inf.07_-_Status_of_the_GCF_portfolio__approved_projects_and_fulfilment_of_conditions.pdf/8e18bb34-02b8-6f23-a261-c1f7bcb46499)
22. USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponível em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)
23. The Cities Climate Finance Leadership Alliance, 2015. The state of city climate finance, 65p. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2201CCFLA-State-of-City-Climate-Finance-2015.pdf>
24. Ibid.
25. USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponível em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)
26. Lyons, J., 2014. Foreign aid is hurting, not helping Sub-Saharan Africa, in *Le journal international*. Disponível em: [https://www.lejournalinternational.fr/Foreign-aid-is-hurting-not-helping-Sub-Saharan-Africa\\_a2085.html](https://www.lejournalinternational.fr/Foreign-aid-is-hurting-not-helping-Sub-Saharan-Africa_a2085.html)
27. Barnard, S., Watson, C. and Schalatek, L., 2016. Climate finance regional briefing: sub-Saharan Africa. Washington DC: World Bank. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11036.pdf>
28. Venugopal, S. and Srivastava, A., 2012. Glossary of financing instruments, World Resources Institute. Disponível em: [https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/pdf/glossary\\_of\\_financing\\_instruments.pdf](https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/pdf/glossary_of_financing_instruments.pdf)
29. USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponível em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)
30. Para uma lista completa das Garantias EFSD, consultar o documento da União Europeia, Summaries of the EU External Investment Plan, Março de 2019
31. União Europeia, 2019. Summaries of the EU External Investment Plan Guarantees, 37p. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/181213-eip-28-guarantees-brochure-final.pdf>
32. Paulais, T., 2012. Financing Africa's cities: the imperative of local investment, *L'Afrique en développement*, 378p. Disponível em: <https://www.afd.fr/en/financing-africas-cities-imperative-local-investment>
33. USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponível em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)
34. City of Cape Town, Green pays: City's R1 billion bond a resounding success in the market, 2017, Disponível em: <http://www.capetown.gov.za/media-and-news/Green%20pays%20City>
35. Global Fund for Cities Development., 2015. The Potential Catalytic Role of Subnational Pooled Financing Mechanisms, 28p. Disponível em: [http://admin.fmdv.net/Images/Publications/41/FMDV\\_Policy%20Paper\\_%20SPFM%20ENG.pdf](http://admin.fmdv.net/Images/Publications/41/FMDV_Policy%20Paper_%20SPFM%20ENG.pdf)
36. USAID, 2019. Financing Climate Resilience in African Cities, Washington, DC. 42p. Disponível em: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID\\_ATLAS-Financing\\_Climate\\_Resilience\\_in\\_African\\_Cities.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2019-USAID_ATLAS-Financing_Climate_Resilience_in_African_Cities.pdf)
37. Ibid.
38. Ibid.
39. Ibid.
40. <https://www.ishackproject.co.za>
41. Berrisford, S., Rose, L., and Palmer, I., 2018. Land-based financing in sub-Saharan African cities. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956247817753525>
42. Ibid.
43. Ibid.
44. Ibid.
45. City of Cape Town, Green pays: City's R1 billion bond a resounding success in the market, 2017, Disponível em: <http://www.capetown.gov.za/media-and-news/Green%20pays%20City>





Esta publicação foi desenvolvida pelo Pacto de Autarcas para a África Subariana (CoM SSA)  
e foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia.

O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do CoM SSA e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.



Projeto financiado  
pela União Europeia



Pacto de Autarcas  
para a África Subariana